

XII Plenário
Gestão 2002 / 2004

3 anos

de compromisso social

relatório de gestão



Conselho
Federal de
Psicologia



Conselho
Federal de
Psicologia

Introdução

Este Relatório de Gestão apresenta os principais programas e projetos desenvolvidos pelo Conselho Federal de Psicologia nos anos de 2002 / 2004.

O crescimento da Psicologia no Brasil reflete-se, quando observamos em quantas frentes de trabalho e em tantos ambientes políticos conta-se com a freqüente participação do Sistema Conselhos de Psicologia, seja na agenda política de entidades parceiras, da sociedade civil ou na esfera governamental.

Em três anos de farta discussão de políticas públicas, de grande mobilização social no cenário nacional, como foi o caso da Conferência Nacional de Saúde, Conferência Nacional das Cidades, da Assistência Social, a atuação do Conselho Federal foi consolidada, o que propiciou a participação da Psicologia nas discussões dos eixos temáticos centrais com a sociedade brasileira.

Entramos em cena como psicólogos protagonistas. Inserção real, verdadeira e que, enorme desafio, corresponde à diversidade que ela contém. Reconhecemos que, na nossa história profissional, nossas técnicas e toda a riqueza do nosso conhecimento colaboraram para a discriminação de sujeitos, desabilitando os divergentes do eixo da normalidade. Vamos agora, em definitivo, colocar nosso saber a serviço da ampliação da compreensão dos problemas sociais.

Já somos 130 mil profissionais e todos os ventos nos levam para as políticas públicas, para as ações que colocam a Psicologia a serviço de quem dela precisar, onde estiver, tanto nos temas da inclusão social, Direitos Humanos, como nos temas afetos ao exercício profissional. Daí decorre a urgência da inserção da Psicologia nas questões relativas ao sofrimento psíquico gerado pela discriminação racial e na necessidade de reconhecimento cultural dos povos indígenas, por exemplo.

Também é notável a necessidade de ampliarmos nossa inserção nos conselhos de controle social e nos movimentos

sociais, buscando transformar e qualificar a prática profissional, além de aprofundar o debate dos aspectos éticos e do compromisso social da Psicologia, no sentido de interferir nos processos de exclusão segmentada dos idosos, das mulheres, dos portadores de necessidades especiais, dos homossexuais e das nossas crianças e adolescentes. Que agora a Psicologia, em definitivo, nunca mais seja usada para reforçar preconceitos e estereótipos contra grupos minoritários.

Queremos uma Psicologia diversificada, fortalecida por novas técnicas e métodos, por novas formas organizativas e democráticas. Queremos uma Psicologia comprometida com a sociedade, com sua lutas democráticas. Uma Psicologia que se ponha em campo, lutando pelos Direitos Humanos, pela Reforma Psiquiátrica, pela mobilidade humana, pela democratização da comunicação em nosso país. Que lute pelo reconhecimento da dimensão subjetiva na formulação das políticas públicas. Enfim, uma Psicologia em sua ética e em suas concepções técnicas.

O protagonismo que emerge da construção do Banco Social de Serviços é uma das mais importantes iniciativas dessa Gestão. Formulado em 2003, visa transformar a relação dos psicólogos com a sociedade brasileira e ampliar o compromisso social com a população. Outro destaque neste campo é o reconhecimento social da Psicologia como uma profissão engajada na luta pelos Direitos Humanos, que vem, a cada ano, se intensificando.

Em 2002 / 2004, como gestores, tratamos as finanças do Conselho Federal com o mesmo empenho e seriedade com que traçamos formas de controle que possibilitaram à Plenária o acompanhamento permanente com controle e transparência.

Aqui, o leitor poderá conhecer grande parte do trabalho desenvolvido e perceber a extensão da Psicologia hoje no Brasil, e, no plano internacional, notar os esforços para a construção da União Latino-americana de Entidades da Psicologia, ULAPSI.



Sumário

O que é o Conselho Federal de Psicologia

Pág.....06

O que é o Sistema Conselhos de Psicologia

Pág.....07

Relatório de Gestão 2002

Pág.....09

Relatório de Gestão 2003

Pág.....21

Relatório de Gestão 2004

Pág.....43

O Que é o Conselho Federal de Psicologia

XII Plenário (Gestão 2002 – 2004)

Presidente

Odair Furtado

Vice-presidente

Ana Luíza de Souza Castro

Secretário-Geral

Miguel Angel Cal González

Tesoureiro

Francisco José Machado Viana

Secretário de Comunicação Social e

Secretário da Região Sudeste

Ricardo Figueiredo Moretzsohn

Secretário de Orientação e Ética e

Secretário da Região Nordeste

Aluizio Lopes de Brito

Secretária Região Norte

Sônia Cristina Arias Bahia

Secretária da Região Centro-Oeste

Deusdet do Carmo

Secretária da Região Sul

Analice de Lima Palombini

Conselheiros suplentes

Eleuni Antônio de Andrade Melo

Francisco de Assis Nobre Souto

Gislene Maia de Macedo

Marcus Adams de Azevedo Pinheiro

Margarete de Paiva Simões Ferreira

Mariana Moreira Gomes Freire

Rebeca Litvin

Rosemeire Aparecida Silva

Sandra Maria Francisco de Amorim

Psicólogos convidados

Adriana Marcondes Machado

Diva Lúcia Gautério Conde

Marilene Proença Rebello de Souza

Paulo Roberto Martins Maldos

O Conselho Federal de Psicologia – CFP é uma autarquia de direito público, com autonomia administrativa e financeira, criada pela Lei no. 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977, órgão central do Sistema Conselhos de Psicologia, com a finalidade essencial de normatizar e fiscalizar o exercício profissional e trabalhar para a melhoria do aperfeiçoamento técnico dos psicólogos.

Em maio de 2004, em função da desincompatibilização para as eleições, a acontecerem em agosto, Ricardo Figueiredo Moretzsohn assumiu a presidência do CFP, permanecendo no cargo até o final da Gestão, em dezembro. No mesmo período, Deusdet Martins assumiu a Tesouraria, devolvendo o cargo a Francisco Viana em setembro. Miguel Cal entregou a função de Secretário em abril. Os conselheiros Marcus Adams, Sônia Bahia, Gislene Maia e Marilene Proença, após as eleições de 27 de agosto, deixaram o Plenário, por assumirem, em seus CRPs, outros cargos eletivos.

O Que é o Sistema Conselhos de Psicologia

O Sistema CFP/CRPs compôs-se, durante a Gestão, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), com sede em Brasília, e por 15 conselhos regionais (CRPs). Alguns regionais, para melhor atenderem aos psicólogos, possuem seções ou subsedes, em outros estados ou em cidades do interior, respectivamente. Em 2004 foi eleita a composição do 16º Conselho Regional de Psicologia para o estado do Espírito Santo.

• Conselho Federal de Psicologia – CFP

SRTVN 702 – Ed. Brasília Rádio Center, sls. 4024-A, Brasília, DF.

Presidente: Odair Furtado

A partir de 27/05/04: Ricardo Figueiredo Moretzsohn

• Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região – CRP–01

SRTVN 702 – Ed. Brasília Rádio Center, sls. 1029/1031-B, Brasília, DF

Jurisdição: DF/AC/AM/RR/RO

Presidente: Rosa Maria Benedetti Albanezi

A partir de setembro/04: Ruy de Alencar Matos Neto

• Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região – CRP–02

R. Afonso Pena, 475 – Stº Amaro, Recife, PE

Jurisdição: PE e Fernando de Noronha

Presidente: Rejane Maria Cavalcanti

A partir de setembro/04: Rejane Pinto de Medeiros

• Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região – CRP–03

R. Agnelo Brito, 141 – Edf. Versailles, sl.03, térreo, Garibaldi, Salvador, BA

Jurisdição: BA/SE

Presidente: Carla Pinheiro França

A partir de setembro/04: Nádia Maria Dourado Rocha

• Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região – CRP–04

R. Timbiras, 1532 – 6º andar – Lourdes, Belo Horizonte, MG

Jurisdição: MG/ES

Presidente: Marta Elizabeth de Souza

A partir de setembro/04: Humberto Cota Verona

• Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região – CRP–05

R. Delegado de Carvalho, 53 – Tijuca, Rio de Janeiro, RJ

Jurisdição: RJ

Presidente Interino: Diva Lúcia Conde

A partir de setembro/04: José Novaes

• Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP–06

R. Arruda Alvim, nº 89 – Jardim América São Paulo, SP.

Jurisdição: SP

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock

A partir de setembro/04: Maria da Graça Marchina Gonçalves

• Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região – CRP–07

Av. Osvaldo Aranha, 1423 – sl. 102, Centro

Porto Alegre, RS.

Jurisdição: RS

Presidente: Carla Mariela Carriconde Tomasi

A partir de setembro/04: Neuza Maria de Fátima Guareschi

• Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região – CRP–08

Av. São José, 699 – Cajuru, Curitiba, PR.

Jurisdição: PR

Presidente: Dionísio Banaszewski

A partir de setembro/04: Raphael Henrique Castanho di Lascio

• Conselho Regional de Psicologia da 9ª Região – CRP–09

Av. T–2, Qd. 76, It. 18 nr. 803, Setor Bueno, Goiânia, GO.

Jurisdição: GO/TO

Presidente: Júlio de Oliveira Nascimento

A partir de setembro/04: Heloiza Helena Mendonça Massanaro

• Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região – CRP–10

Av. Generalíssimo Deodoro, 511, Umarizal, Belém, PA.

Jurisdição: PA/AP

Presidente: Rosana Mendes Figueiredo

A partir de setembro/04: Rômulo Weyl da Cunha Costa

• Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região – CRP–11

R. Carlos Vasconcelo, 2521 – Joaquim Távora, Fortaleza, CE.

Jurisdição: CE/PI/MA

Presidente: Adriana de Alencar Pinheiro

A partir de setembro/04: Anice Holanda Nunes Maia

• Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região – CRP–12

R. Prof. Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, SC.

Jurisdição: SC

Presidente: Ana Maria Pereira Lopes

A partir de setembro/04: Deise Maria do Nascimento

• Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região – CRP–13

Av. Manoel Deodato, 599 - Ed. Empresarial Tower, sl. 301, Torre, João Pessoa, PB.

Jurisdição: PB/RN

Presidente: Maria de Nazaré Tavares Zenaide

A partir de setembro/04: Edésia Maria de Almeida Gomes

• Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região – CRP–14

Av. Fernando Correa da Costa, nº 2044, Joselito, Campo Grande, MS.

Jurisdição: MT/MS

Presidente: Denise Fátima Silva

A partir de setembro/04: Gislene Maia de Macedo

• Conselho Regional de Psicologia da 15ª Região – CRP–15

R. Professor José da Silveira Camerino, 291 – Farol, Maceió, AL.

Jurisdição: AL

Presidente: Laeuza Lúcia Farias

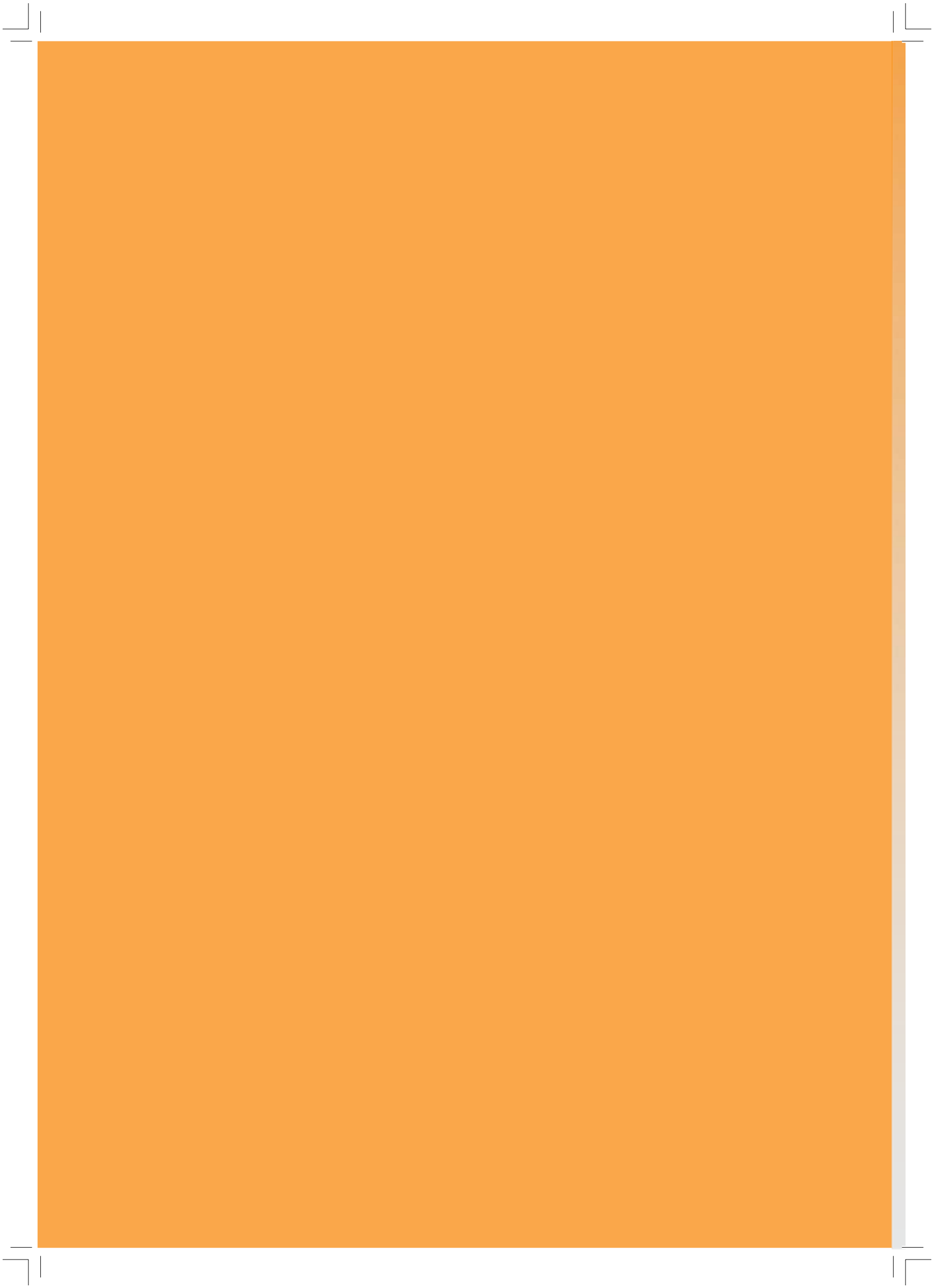
A partir de setembro/04: Lourenço Leirias

• Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região – CRP–16

R. Ferreira Coelho, 330 sl 805 a 807 – Centro – Vitória, ES

Jurisdição: ES

A partir de setembro/04: Fabíola Costa e Silva Cunha



Relatório de Gestão 2002



PSICOLOGIA NO BRASIL
40 ANOS DE PROFISSÃO



Entrega de homenagem ao psicólogo Pedrinho Guareschi



Conselheiros regionais na APAF

1- Gestão Administrativa

O Plenário do Conselho Federal de Psicologia, composto por 22 conselheiros, sendo nove efetivos, nove suplentes e quatro convidados, reuniu-se mensalmente em 2002 para apreciar e discutir assuntos de interesse da categoria, normatizar o exercício profissional frente às novas conjunturas e reorganizar administrativa, financeira e contabilmente a entidade.

Ao longo de 2002, foram realizadas:

- 10 Reuniões Plenárias, em Brasília;
- Duas Reuniões Plenárias Extraordinárias, em Brasília;
- 12 Reuniões Presenciais de Diretoria;
- 94 Telereuniões;
- Duas Reuniões das Assembléias das Políticas Administrativas e Financeiras, APAF, em Brasília;
- Uma Reunião de Planejamento Estratégico;
- Duas Reuniões Presenciais de Tesoureiros;
- Duas Reuniões Presenciais de Presidentes de Conselhos de Psicologia;
- Duas Assembléias de Delegados Regionais.

1.1 - Estrutura Interna

O quadro de pessoal do Conselho Federal de Psicologia, em 31/12/2002, era de 23 funcionários.

Núcleos terceirizados:

- Assessoria de Comunicação – Ascom Profissionais do Texto Ltda. (até 09/05/02);
Opção Comunicação, Foto e Vídeo Ltda. (de 1º/7/02 a 31/12/02).
- Coordenadoria Jurídica – Cojur Escritório Cortês e Zupiroli Associados (de 09/10/02 a 31/12/02).
- Assessoria Parlamentar LF Consultoria Ltda. (até 04/03/02);
Maxxi Assessoria Parlamentar (de 19/03/02 a 31/12/02).
- Auditoria MerConsult Auditores e Consultores Associados Ltda. (a partir de 26/10/02).



10

Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras/ APAF



Manifestação pública



Manifestações

IV Seminário de Psicologia e Direitos Humanos

1.2 - Resoluções

No intuito de regulamentar o exercício profissional e as atividades administrativo-financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia, no ano de 2002 o CFP editou as seguintes Resoluções:

Resolução CFP número	Conteúdo
001/2002	Regulamenta a Avaliação Psicológica em concurso público e processos seletivos da mesma natureza.
002/2002	Institui e normatiza a inscrição dos psicólogos estrangeiros e dá outras providências.
003/2002	Altera a Resolução CFP nº 002/2001, de 10 de março de 2001.
004/2002	Altera a Resolução CFP no. 018/2000, de 20 de dezembro de 2000.
005/2002	Dispõe sobre a prática de acupuntura pelo psicólogo.
006/2002	Dispõe sobre o valor de jeton a ser pago pelo Conselho Federal de Psicologia.
007/2002	Institui os valores mínimo e máximo das anuidades para o exercício de 2003.
008/2002	Estabelece a previsão orçamentária dos conselhos regionais de Psicologia da 8ª, 13ª, 14ª e 15ª Região, para o ano de 2002.
009/2002	Dispõe sobre a prorrogação do prazo para solicitação do título profissional de especialista em Psicologia por experiência comprovada.
010/2002	Dispõe sobre a prorrogação do prazo constante na resolução CFP no. 009/2002.
011/2002	Promove a intervenção no Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região – CRP 05 e dá outras providências.
012/2002	Institui processo seletivo para contratação de empregados do Conselho Federal de Psicologia e dos conselhos regionais de Psicologia.
013/2002	Estabelece a previsão orçamentária dos conselhos regionais de Psicologia para o ano de 2003.
014/2002	Regulamenta o pagamento das obrigações do Conselho Federal de Psicologia por intermédio do sistema eletrônico.
015/2002	Estabelece a previsão orçamentária do Conselho Federal de Psicologia para o ano de 2003.
016/2002	Dispõe acerca do trabalho do psicólogo no Avaliação Psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores.
017/2002	Institui o manual de elaboração de documentos produzidos pelos psicólogos, decorrentes de avaliações psicológicas.
018/2002	Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.

2- Ações e Políticas de Gestão

Em 2002 o CFP buscou construir soluções, no âmbito da Psicologia, que relevassem as condições de vida da população, na direção da melhoria da qualidade de vida e na busca de um mundo melhor.

2.1 - Fórum Social Mundial

O Sistema Conselhos participou ativamente do II Fórum Social Mundial, realizado no período de 31 de janeiro a 5 de fevereiro, em Porto Alegre-RS, tendo desenvolvido três oficinas com o tema geral:

“Modos de subjetivação na construção de um outro mundo possível”.

Sob a coordenação da conselheira Ana Luíza de Souza Castro, a participação do CFP deu-se com o objetivo de se reunirem diferentes práticas em Psicologia que operassem na perspectiva do alargamento dos espaços de inclusão social, possibilitando:

- dar visibilidade a estas práticas;
- trocar experiências;
- articular redes de trabalho;
- produzir novos conhecimentos, a partir de experiências concretas, com os quais a Psicologia possa contribuir na construção de um outro mundo possível.

No Fórum, a Comissão Nacional de Direitos Humanos lançou a Campanha Nacional “O preconceito racial humilha; a humilhação faz sofrer”.



2.2 - A Comissão Nacional de Direitos Humanos

O CFP está comprometido com uma maior qualificação dos psicólogos para discutirem e realizarem mudanças que contribuam para o avanço da implementação de políticas de qualidade que permitam a conquista efetiva dos Direitos Humanos.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP teve a seguinte composição, no ano de 2002:

- Marcus Vinícius de Oliveira Silva – Presidente
- Paulo Roberto Martins Maldos (CFP)
- Genaro Ieno Neto (PB)
- Heliana de Barros Conde Rodrigues (RJ)
- Leôncio Camino (PB)
- Pedrinho Guareschi (RS)
- Deputada Maria do Carmo Lara (PT/MG)



2.2.1 IV Seminário de Psicologia e Direitos Humanos

A Comissão Nacional de Direitos Humanos organizou em Brasília, no período de 12 a 14 de dezembro de 2002, o IV Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, intitulado “Psicologia, Direitos Humanos - subjetividade e exclusão”, com os objetivos de:

- possibilitar debates e reflexões sobre as relações entre subjetividade, exclusão e Direitos Humanos;
- incentivar discussões sobre as múltiplas subjetividades que permeiam as práticas psicológicas;
- desenvolver a sensibilidade profissional dos psicólogos para identificarem e intervirem em situações de violações dos Direitos Humanos.



O IV Seminário homenageou o prof. Abdias do Nascimento, grande militante na defesa dos Direitos Humanos no Brasil, e teve significativa participação do Movimento Negro do DF, das comissões regionais de Direitos Humanos e dos conselhos regionais de Psicologia.

2.2.2 Campanha Nacional de Direitos Humanos

A Campanha Nacional de Direitos Humanos da Comissão intitulou-se “O preconceito racial humilha; a humilhação social faz sofrer”.

A campanha foi lançada durante a realização do II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS., e foi tema de diversas atividades do Sistema Conselhos de Psicologia em parceria com o Movimento Negro, ao longo do ano.

A campanha foi, inclusive, tema de seminário realizado, em novembro, pelo CRP da 4ª Região (MG).



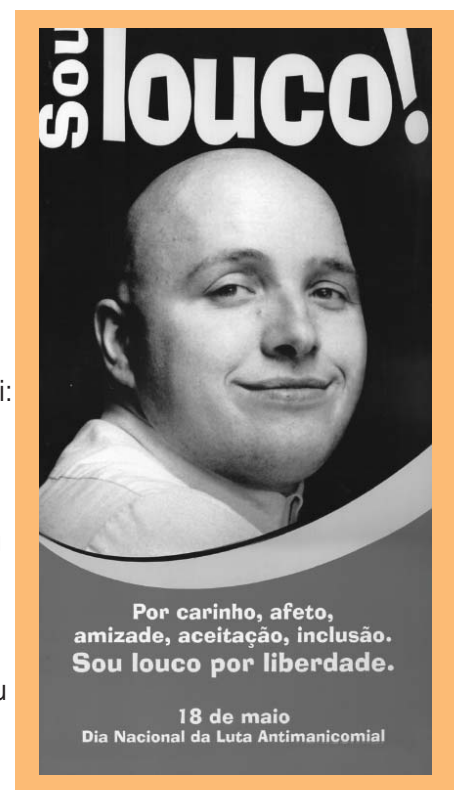
2.2.3 Luta Antimanicomial

O CFP e a Comissão de Direitos Humanos deram continuidade ao irrestrito apoio ao Movimento Nacional da Luta Antimanicomial.

No Dia 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, a campanha deflagrada foi:

“Sou louco! Por carinho, afeto, amizade, aceitação, inclusão. Sou louco por liberdade”.

Também de 1º a 3 de novembro, o CFP organizou o Seminário “Loucura, Política e Ética”, em Belo Horizonte.



2.3 - Seminário “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”

O CFP participou ativamente do seminário organizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, no dia 13 de novembro, já definindo sua postura pelo controle social dos meios de comunicação de massa no país. Neste dia, foi deflagrada a campanha nacional “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”, da qual o CFP veio a se tornar membro da Executiva e um dos principais agentes em nível nacional.

3- Exercício Profissional, Avaliação e Formação

O Conselho Federal, como instância mediadora entre a Psicologia e a sociedade, tem como papel principal a regulamentação e orientação da profissão e seu debate transparente, zelando pela ética e pela preocupação com os serviços prestados.

3.1 - Avaliação dos Testes Psicológicos

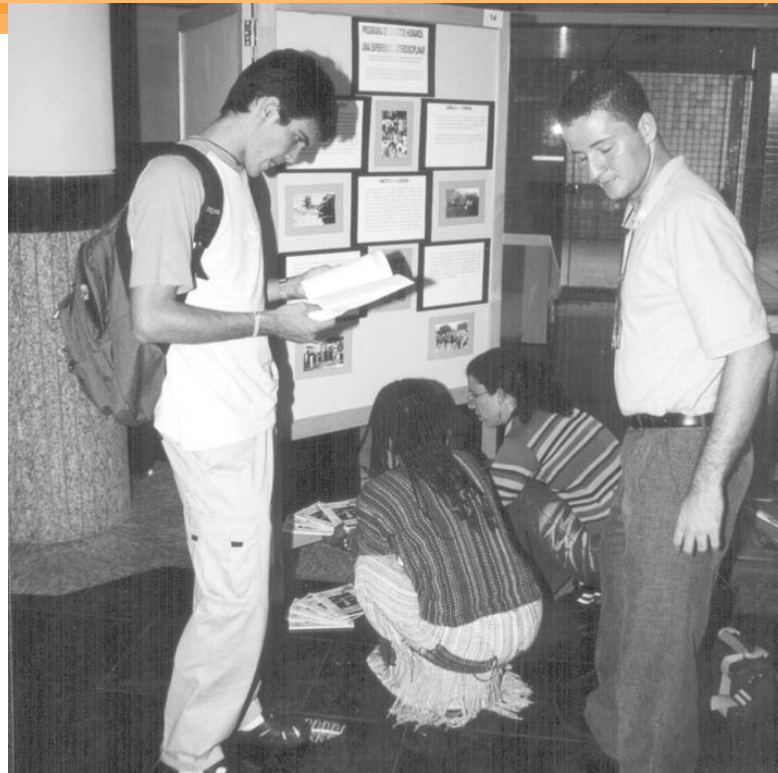
Em 2002 o CFP deflagrou o processo de Avaliação dos Testes Psicológicos em uso no Brasil. Para tanto, nomeou uma Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica que iniciou, no mesmo ano, o procedimento de análise dos testes psicológicos comercializados no país. Esta mesma Comissão elaborou ainda Minuta da Resolução que alterou e complementou a Resolução 25/2001 e colaborou na elaboração de pareceres e respostas às dúvidas que o tema suscitou junto aos psicólogos.

A Comissão compôs-se dos seguintes membros:

- Ricardo Primi (SP);
- Álvaro José Lelé (MG);
- José Carlos Tourinho (MG);
- Audrey Setton (SP);
- Regina Sônia Gattas (SP).

Além da Comissão, foram convidados outros 34 psicólogos, com conhecimentos específicos e envolvidos no ensino e pesquisa da prática profissional, para atuarem na condição de pareceristas *ad hoc* para áreas específicas, com o objetivo de auxiliarem a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica no trabalho a ser desenvolvido. Já no ano de 2002, cada parecerista *ad hoc* recebeu, em média, três testes para avaliação, enviados por editoras brasileiras.

O CFP recebeu, até o final do ano, 102 testes para análise, iniciando um processo sem precedentes de avaliação dos testes psicológicos em uso no país, com o objetivo de qualificar o trabalho dos psicólogos brasileiros.



IV Seminário de Psicologia e Direitos Humanos

3.2 - Campanha contra o PL do Ato Médico (PLS 25/02)

O Conselho Federal de Psicologia posicionou-se desde o início contrariamente ao PLS 25/02 – Projeto de Lei do Ato Médico. O Projeto foi acompanhado em sua tramitação no Congresso Nacional e o CFP iniciou suas ações de intervenção e mobilização coletiva das categorias de saúde, com vistas a conseguir o veto para o Projeto de Lei, a partir de documentos técnicos que começaram a ser gerados no âmbito do CFP.

Desde o princípio o CFP entendeu que o Projeto de Lei do Ato Médico tem interesses meramente corporativistas, contrários ao conceito moderno de atenção humanizada à saúde, significando um retrocesso a um modelo falido de atenção à saúde, que é, antes de tudo, medicamentoso e hospitalocêntrico.



IV Seminário de Psicologia e Direitos Humanos

3.3 - Processos Éticos

Foram julgados, ao longo do ano de 2002, oito recursos a processos éticos.

3.4 - I Congresso Brasileiro: Psicologia, Ciência e Profissão

De 1 a 5 de setembro aconteceu em São Paulo/SP o I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, coordenado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB, com amplo apoio do CFP. O Congresso discutiu a vanguarda da profissão, novas perspectivas e áreas emergentes à Psicologia, em diversas mesas redondas, oficinas e painéis.

Ao final, aconteceu a premiação aos vencedores do concurso monográfico Arthur Ramos, cujo tema foi “Pluridade Étnica: um desafio à Psicologia brasileira”.



I Congresso Brasileiro
Psicologia:
Ciência e Profissão

Participe do Primeiro Encontro de toda a Psicologia Brasileira

1 a 5/9/2002 - Universidade de São Paulo - USP / Cidade Universitária

MESA-REDONDA E SIMPÓSIO: prazo para recebimento de propostas até 15/01/2002

TRABALHOS: prazo para inscrição até 05/04/2002

INFORMAÇÕES: nas entidades organizadoras ou no site www.apsi.org.br

ANPEPP	CONEP	SUP	SBP	ABALP/SP
CFP	FENAPSI	ABEP	ABRAPSPE	NEP

3.5 - Título de Especialista

Em 2002 a Plenária do CFP formou um Grupo de trabalho coordenado pela conselheira Sandra Francisco Amorim – GT/CFP–com o objetivo de estar à frente das discussões, planejamento e realização do concurso de provas e títulos para a concessão do Título de Especialista.

Sobre o tema, foi criada, ainda, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, a Comissão Nacional do Fórum de Acompanhamento da Implantação do Registro de Especialista, a partir da implantação, nos CRPs, dos Fóruns Regionais.

Título de Especialista em Psicologia...

Como obter o seu?

ABEP
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA

Em defesa da Formação do Psicólogo no Brasil

Contamos com você para crescer!
Seja associado da ABEP.

3.5.1 Concurso de Provas e Títulos para Concessão do Registro do Título de Especialista

Para a elaboração do conteúdo que comporia as provas do concurso de provas e títulos para a Concessão do Registro de Especialista e indicação das referências bibliográficas correspondentes, foram convidadas entidades representativas, de caráter nacional, relacionadas às áreas de especialidade previstas. Para as áreas que não possuíam entidades representativas, foram formadas comissões com profissionais de reconhecida competência.

Em junho de 2002 iniciaram-se as atividades de planejamento para a realização do primeiro concurso. Para tanto, foi formado um Grupo de Trabalho – GT/CFP.

A primeira definição do GT foi a realização de contatos com entidades nacionais da Psicologia, a fim de checar o interesse e disponibilidade em participarem da construção do concurso. Foram contactadas inicialmente as entidades que compõem o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB.

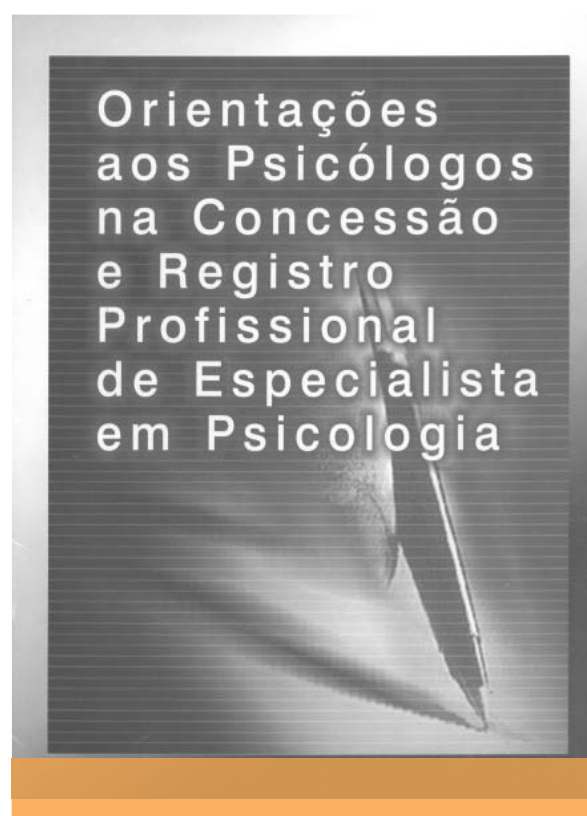
Por fim, as seguintes entidades confirmaram sua participação no processo:

- Abrapee: Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional;
- SBPOT: Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho;
- SBPH: Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar; e
- ABPJ: Associação Brasileira de Psicologia Jurídica.

Assim, abriram-se as inscrições, nacionalmente, para o concurso de provas e títulos para as seguintes especialidades: Psicologia Escolar; Psicologia Jurídica; Psicologia Hospitalar; e Psicologia Organizacional e do Trabalho, através do CESPE/ Universidade de Brasília.

3.5.2 Novas áreas de Especialidades

Em 2002, a Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras – APAF decidiu dar continuidade à definição da área de especialidade em Psicologia Social e Comunitária. Para isso, estabeleceu um GT com a incumbência de retomar o diálogo com a Associação Brasileira de Psicologia Social – Abrapso, iniciando o processo de construção da especialidade por meio de ciclos de debate/seminários, com a meta de apresentar minuta de Resolução para definição da especialidade já no exercício seguinte.



IV Seminário de Psicologia e Direitos Humanos – grupo de discussão

4- Parcerias Institucionais

Em 2002, o CFP buscou ampliar sua participação nas instâncias que deliberam sobre políticas públicas e sobre a inserção do psicólogo nas questões sociais.

4.1 - Fóruns e entidades dos quais o CFP fez parte

- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC
Conselheira responsável: Diva Gautério Conde
- Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente – Fórum DCA
Conselheiro responsável: Miguel Angel Cal Gonzáles
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda
Conselheiro responsável: Miguel Angel Cal Gonzáles
- Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde – FENTAS
Conselheiro responsável: Humberto Cota Verona (CRP-04)
- Departamento Nacional do Trânsito – Denatran / Câmaras Temáticas
Conselheiros responsáveis: Ricardo Figueiredo Moretzsohn e Gislene Maia de Macedo
- Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública – FNDEP
Conselheiras responsáveis: Marilene Proença e Diva Gautério Conde
- Articulação das Entidades Psicanalíticas
Conselheiro responsável: Ricardo Figueiredo Moretzsohn
- Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde
Conselheiro responsável: Eleuni Antônio Andrade de Melo

4.2 - Entidades da Psicologia

Os conselhos de Psicologia têm buscado a parceria com outras entidades da Psicologia, reunindo esforços na construção de uma profissão forte e comprometida com a sociedade.

Parcerias reforçadas em 2002:

- ULAPSI – União Latino-americana de Psicologia
Conselheiro responsável: Odair Furtado
- Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB, onde o CFP participa juntamente com 16 outras

entidades da Psicologia (Abrapso, ABEP, ABOP, Abrapee, SBP, Fenapsi, ABPJ, SBPD, IBAP, SBPH, SBPOT, SBPP, SBRO, Sobrapa, ANPEPP, Conep).

Da parceria com a ULAPSI surgiram as oportunidades de o Sistema Conselhos estar presente nos seguintes eventos, na América Latina, contribuindo para a troca de informações e o fortalecimento da Psicologia na América:

- Seminário México/Brasil, de 4 a 16 de março;
- Encontro de Comissões do Mercado Laboral e Credenciamento do Mercosul, de 14 a 15 de junho, na Argentina;
- III Congresso Iberoamericano de Psicologia, na Colômbia, de 21 a 27 de julho;
- XII Encontro Temático de Psicólogos do Mercosul, 2 de setembro, em São Paulo;
- Ciclo de Palestras no México, de 16 a 19 de novembro;
- Congresso Latino-americano de Alternativas em Psicologia, no México, de 20 a 23 de novembro;
- V Congresso Internacional de Psicologia Social, no México, de 27 a 29 de setembro.

A partir da presença no Fórum de Entidades Nacionais, o CFP vem apoiando o crescimento da BVSPsi – Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia.

A parceria junto à BVSPsi – Biblioteca Virtual em Saúde tem permitido dar continuidade à organização, catalogação e sistematização da história da Psicologia no Brasil, tarefa que a construção do Index Psi, da Biblioteca Virtual, tem permitido, para a republicação dos principais livros escritos pelos pioneiros da Psicologia, em convênios efetuados com outras entidades. A BVSPsi é acessada pelo www.bvs-psi.org.br

4.3 - Eventos

Em 2002, o Conselho apoiou vários eventos de relevância para a Psicologia:

- De 13 a 15 de junho: Encontro Cearense de Psicologia Educacional;
- De 29 a 31 de agosto: IX Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico (ANPEPP);
- De 21 a 25 de outubro: XII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU);
- De 22 a 25 de outubro: II Encontro da Rede de Bibliotecas da Área de Psicologia;
- De 24 a 26 de outubro: X Encontro Paranaense de Psicologia e I Encontro de Psicologia Aplicada.

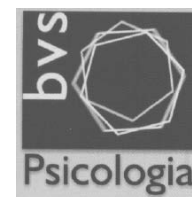
XII Encontro Temático
de Psicólogos do
MERCOSUL



2 de Setembro de 2002
na USP - São Paulo

Durante o I Congresso Brasileiro
Psicologia: Ciência e Profissão
(de 1 a 5 de Setembro)

Sua participação é fundamental!



5- Visibilidade e Mobilização

A seguir, ações que objetivaram a mobilização da categoria e que deram visibilidade aos projetos implementados no ano.

5.1 - Revista “Psicologia, Ciência e Profissão”

Revista trimestral dos Conselhos Federal e regionais de Psicologia, apresenta artigos originais que remetem à atuação profissional do psicólogo, à pesquisa, ao ensino ou à reflexão crítica sobre a produção de conhecimentos na área da Psicologia. Em 2002 o CFP recebeu 90 artigos para publicação e editou quatro números da revista, implementando projeto da Comissão Editorial de reformulação em suas normas de edição, bem como no fluxo interno de avaliação de artigos pelos consultores *ad hoc* da Comissão.

Neste ano a revista foi avaliada com classificação máxima pela CAPES: recebeu menção A. Foi enviada, gratuitamente, para psicólogos, universidades, bibliotecas e entidades do Brasil e exterior, perfazendo um total, em dezembro de 2002, de 123 mil exemplares distribuídos. A Editora responsável pela publicação foi, ao longo da Gestão, a conselheira Marilene Proença.

Compuseram também a Comissão Editorial: Anna Carolina Bianco (RJ), Eunice de Alencar (DF), José Carlos Fontes (PA), Louise Lhullier (SC) e Oswaldo Yamamoto (RN).

5.2 - Jornal do Federal

Publicação que aborda temas da Psicologia selecionados de acordo com os acontecimentos da atualidade, bem como referentes à análise conjuntural da Psicologia na América Latina. Formação profissional, campanhas, ética e políticas públicas foram alguns dos temas que estiveram em pauta em 2002, quando foram publicados três números.

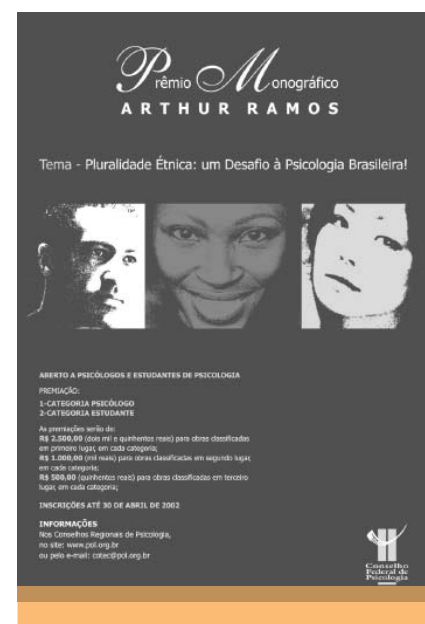


5.3 - Obra “Práticas Psicológicas: compromissos e comprometimentos”

Publicação organizada pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, foi lançada no dia 12 de dezembro de 2002, quando da ocasião da abertura do IV Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos.

5.4 - Prêmio Monográfico

Prêmio Monográfico Arthur Ramos: em 2002 a edição do Prêmio registrou 47 inscrições, sendo 25 inscrições na categoria profissional e 22 na categoria estudante. A premiação deu-se em solenidade durante o I Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, em São Paulo. O tema foi “Pluralidade Étnica: um desafio à Psicologia brasileira”.

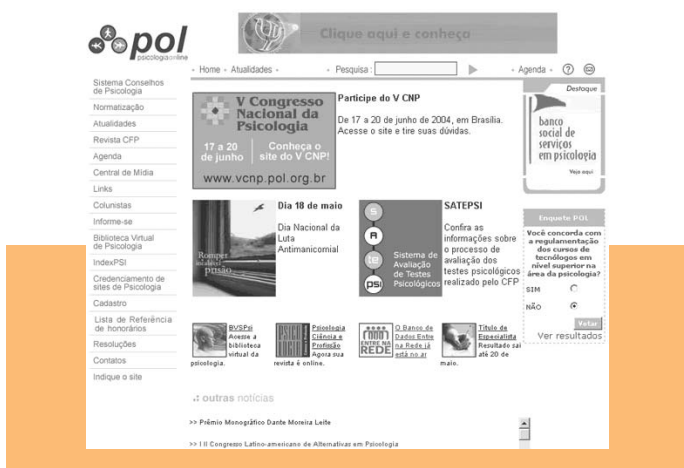


5.5 - Série “Não é o que parece”

Oito programas feitos para a TV Futura com debate sobre diferentes temas a partir da perspectiva da Psicologia foram editados em VHS neste ano, com legendas em inglês e espanhol. O material destina-se a todos os que trabalham de alguma forma pela educação do povo brasileiro e apostam na construção da cidadania como caminho libertador e justo.

5.6 - Portal da Psicologia

O Portal da Psicologia – www.pol.org.br – assumiu sua função de meio de comunicação fundamental para realizar a interface entre Psicologia e sociedade. No Pol estão disponibilizadas Resoluções do Conselho, notícias da Psicologia no Brasil e no exterior, eventos do Conselho Federal de Psicologia e de diversas entidades da Psicologia brasileira e internacional, dentre outros assuntos.



5.7 - Projetos no Congresso Nacional

O CFP acompanhou vários projetos de lei e produziu intervenções no Congresso Nacional em 2002. Dentre vários, destacam-se os seguintes projetos acompanhados:

- PLS 25/2002 – que define o Ato Médico;
- Regulamentação da Psicopedagogia;
- Projeto que propõe a redução da Maioridade Penal;
- Regulamentação da Musicoterapia.



5.8 - Vídeos

Em 2002 foi lançado mais um vídeo da série “Vídeo dos pioneiros”, que retrata a trajetória da Psicologia no país, através da história pessoal e profissional, com o título “Irmão Justo”, que veio se juntar aos títulos anteriores, lançados em 2000 e 2001: Eliezer Schneider, Antonio Penna, Franco Lo Presti, Arrigo Angelini, Ulisses Pernambucano, Paulo Rosas, Mathilde Neder e Therezinha Lins.



5.9 - Livros

Foram lançados em 2002, da coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira, os seguintes títulos: Raul Briquet, Sílvia Lane, Antonio Penna, Dante Moreira Leite e Durval Marcondes.



6- Programa de Trabalho

6.1 - Relatório Administrativo-financeiro

Em 2002, a receita arrecadada atingiu 75,93% da prevista e as despesas atingiram 60,62% do fixado.

Comparando a execução orçamentária dos exercícios de 2001 e 2002, verifica-se que o crescimento da receita foi de 23,90%, enquanto que a despesa cresceu apenas 4,11%, refletindo, com isso, a eficiência e economicidade na aplicação dos recursos financeiros disponíveis.

6.2 - Plano de Trabalho

As ações do Conselho Federal de Psicologia foram planejadas em conformidade com a sua atividade-fim, voltadas para a otimização do sistema CFP/CRPs. O Plano de Trabalho do ano contemplou cinco grandes projetos representativos das principais ações do CFP, conforme consta a seguir:

- Organização, Administração e Funcional;
- Ações de Política de Gestão;
- Ajuda aos CRPs;
- Revista;
- Fundo de Seções.

6.3 - Auditorias

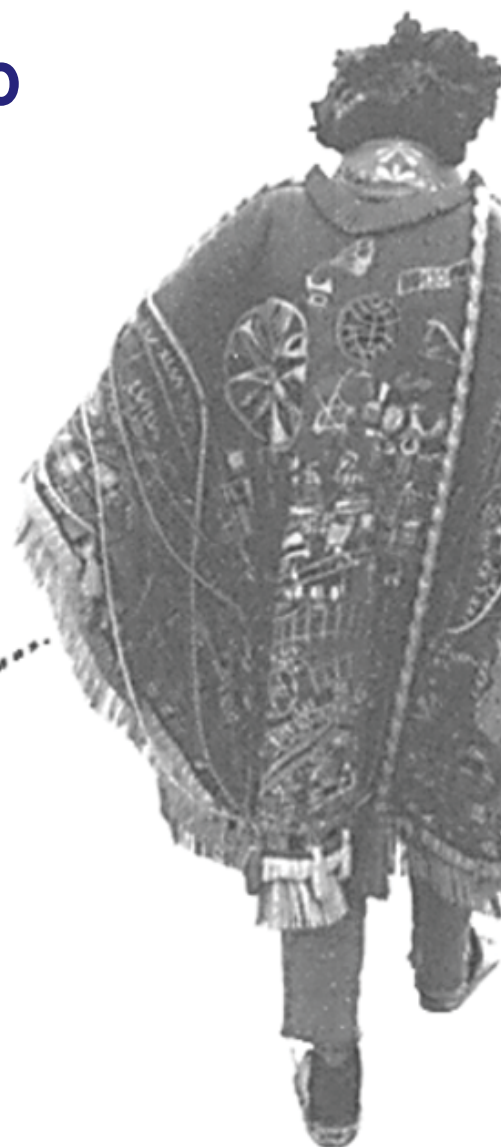
Em 2002 foram realizadas, pela empresa MerConsult Auditores e Consultores Associados Ltda, auditorias contábeis e de gestão em todos os conselhos regionais e no Conselho Federal. Pela mesma empresa, foi realizada também auditoria especial no no CRP-05, Rio de Janeiro, quando foram apuradas irregularidades, sendo estas reincidentes. O Plenário do Conselho Federal deliberou a constituição de uma Comissão Gestora para administrar o Conselho Regional, presidida pela psicóloga Diva Lúcia Gautério Conde.

6.4 - Assessoria Jurídica

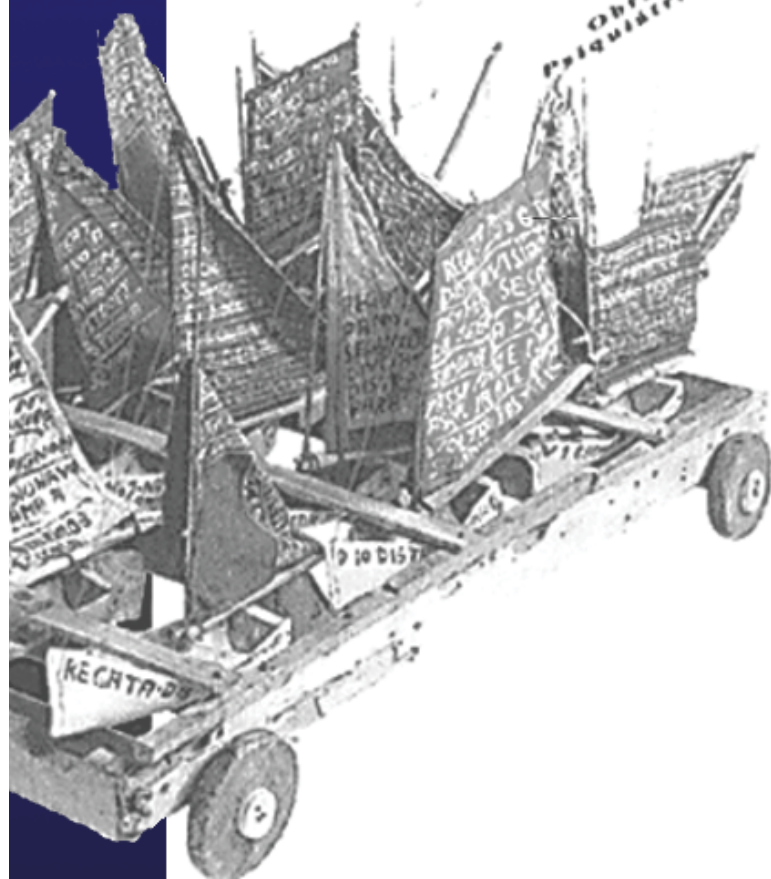
Ao longo do ano de 2002 o núcleo terceirizado empregou diligência e zelo em suas atividades, guardando o necessário sigilo profissional em relação aos encargos a ele confiados, trabalhando:

- no desenvolvimento de medidas extrajudiciais, administrativas e judiciais, acompanhando as ações de interesse do CFP;
- na elaboração de peças no que se refere à tramitação de processos;
- na elaboração de editais, pareceres, contratos, convênios, memorandos.

Relatório de Gestão 2003



Obra criada por Arthur Bispo do Rosário Internado no Hospital Psiquiátrico Pedrossi, no Rio de Janeiro, após delirar dois dias em ruínas.



1- Gestão Administrativa

O Plenário do Conselho Federal de Psicologia, em 2003, compôs-se por 22 conselheiros, sendo nove conselheiros efetivos, nove suplentes e quatro convidados, que se reuniram mensalmente para apreciar e discutir assuntos de interesse da categoria, normatizar o exercício profissional, frente às novas conjunturas sociais e necessidades sociais emergentes, além de manter a organização administrativo-financeira e contábil da entidade.

No período, foram realizadas:

- 10 Reuniões Plenárias Extraordinárias, em Brasília;
- 12 Reuniões Plenárias, em Brasília;
- 16 Reuniões Presenciais de Diretoria, sendo 11 em Brasília e cinco em São Paulo;
- Duas Assembléias das Políticas Administrativas e Financeiras, APAF, em Brasília;
- Três Reuniões Presenciais de Presidentes do Sistema Conselhos de Psicologia, sendo uma no Rio de Janeiro e uma em Brasília;
- Duas Reuniões Presenciais de Tesoureiros do Sistema Conselhos de Psicologia, em Brasília.



V Seminário de Psicologia e Direitos Humanos



15/10: Dia Nacional da Luta pela Escola Pública

1.1 - Corpo Funcional

Compunham o corpo funcional do Conselho Federal de Psicologia, em dezembro de 2003:

- Coordenação Geral – CG
Coordenadora Geral: Yvone Magalhães Duarte
Secretária: Tatiana Freitas
- Assessoria de Projetos Especiais – Aspe
Assessora de Projeto Especial: Maria Otacília Battistelli
- Coordenadoria Técnica – CT
Coordenadora: Cleide Maria de Sousa
Assessores: Christiane Souza
Juliana Borges
Maurício Sarmet
Rodrigo Vasconcelos
Assistente: Rafael Oliveira
Estagiárias: Andreza Aretakis
Francilda Maria Sobrinho
- Coordenadoria Contábil-financeira – CCF
Coordenadora: Stela Maris Mittmann
Auxiliar: Eduardo Trindade
Assistentes: Gilson Oliveira
Ian Sasha Piccinini Reis
Estagiária: Fernanda Luza
- Núcleo de Apoio aos Programas de Gestão – NAPG
Coordenadora: Clarissa Gabriela Torres
Assistentes: Liana Capanema
Marcos Wonder
- Núcleo de Apoio aos Órgãos Colegiados – NAOC
Coordenador: Evandro de Melo
Assistentes: Anelise Porto
Shalimar Raymon
Thanandra Taíza Dias



Sede / recepção

- Núcleo de Apoio
Supervisor: Wladimir Rogério dos Reis
Auxiliares: Leonardo Santiago
Márcio Ribeiro
Renato Reis
Veracy Fernandes
Rafael Antonio de Oliveira
Assistente: Antônio Carlos Everton Muniz
- Núcleo de Processamento de Dados – CPD
Supervisor: Elton da Silva
Auxiliar: Alan Danilo Carvalho
Programador: Gilberto Derze
Web Design: Rafael Cabral



Homenagem à psicóloga Cecília Bouças Coimbra

- Núcleos terceirizados:
- Assessoria de Comunicação – Ascom
Assessora: Patrícia Saraiva Mendes
Jornalista: Camila Nakahara
Estagiária: Daniela Morais
- Coordenadoria Jurídica – Cojur
Advogados:
Gustavo Cortes de Lima
Fernando Augusto Nazaré
Gabrieli Corsino
- Assessoria Parlamentar
Maxxi Assessoria Parlamentar
- Auditoria
MerConsult Auditores e Consultores Associados

1.2 - Projetos de Gestão

Visando a melhoria dos serviços prestados pelo CFP e a qualidade em suas atividades-meio, em 2003 foram desenvolvidos, dentre outros, os seguintes Projetos de Gestão:

- Estabelecimento interno ao CFP de Indicadores de Desempenho por Avaliação;
- Padronização de macroprocessos do CFP;
- Unificação de procedimentos em relação aos CRPs;
- Capacitação do Corpo Funcional;
- Capacitação de Consultores para a Gestão Pública.

Em “Unificação de procedimentos em relação aos CRPs” destacam-se as gestões para a implantação do *Datawarehouse* – Sistema de Cadastro Nacional de Psicólogos.



CFP no Fórum Social Mundial



Militância



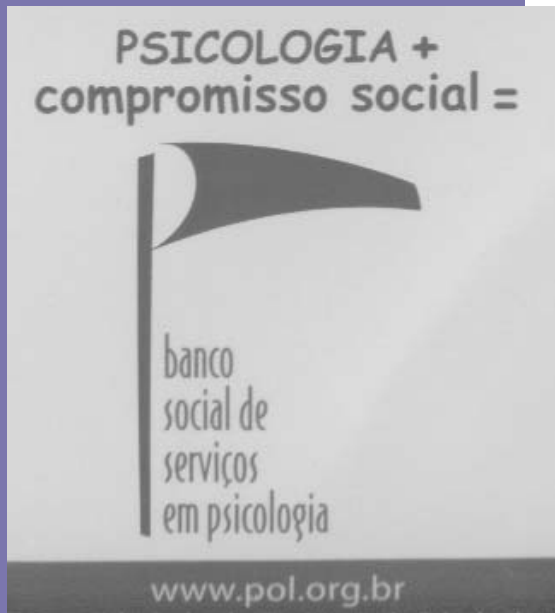
V Seminário de Psicologia e Direitos Humanos

1.3 - Resoluções

No intuito de regulamentar o exercício profissional e as atividades administrativas do Sistema Conselhos, o Plenário 2002/04, no ano de 2003, editou as seguintes Resoluções:

Resolução CFP número	Conteúdo
001/2003	Altera a Resolução CFP nº 04/2000.
002/2003	Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos. Revoga a Resolução CFP nº 025/2001.
003/2003	Altera a Resolução CFP nº 18/2000.
004/2003	Regulamenta o pagamento das obrigações do Conselho Federal de Psicologia por intermédio do sistema eletrônico.
005/2003	Reconhece a Psicologia Social como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do título de Especialista.
006/2003	Institui os valores mínimo e máximo das anuidades para o exercício de 2004.
007/2003	Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de Avaliação Psicológica. Revoga a Resolução CFP nº 17/2002.
008/2003	Altera a Resolução CFP nº 04/2000.
009/2003	Altera a Resolução CFP nº 18/2000.
010/2003	Altera a Resolução CFP nº 003/2000.
011/2003	Regulamenta o provimento de cargo em comissão no âmbito do Conselho Federal de Psicologia e cria a função gratificada de Coordenador Técnico.
012/2003	Aprova o Plano de Cargos e Salários do Conselho Federal de Psicologia.
013/2003	Cria o cargo em comissão de Coordenador Geral. Altera a Resolução CFP nº 11/2003.
014/2003	Cria o cargo em comissão de Coordenador de Projetos. Altera a Resolução CFP nº 12/2003.
015/2003	Estabelece a previsão orçamentária dos Conselhos Regionais de Psicologia para o ano de 2004.
016/2003	Estabelece a previsão orçamentária do Conselho Federal de Psicologia para o ano de 2004.
017/2003	Dispõe sobre os valores de diárias e ajuda de custo a serem pagas pelo Conselho Federal de Psicologia.
018/2003	Cria a Assessoria de Projetos Especiais - ASPE, com os cargos em comissão de Coordenador da Assessoria de Projetos Especiais, Assessor Técnico de Projetos Especiais e Assistente Técnico de Projetos Especiais. Altera a Resolução CFP nº 12/2003.

2- Psicologia e Compromisso Social



O CFP tem se pautado por um compromisso permanente de trabalho em prol das ações voltadas ao compromisso social. Neste contexto, a Psicologia brasileira vem buscando construir soluções técnicas e científicas que relevem as condições de vida da população, na direção da melhoria da qualidade de vida e na busca de um mundo melhor.

2.1 - Banco Social de Serviços

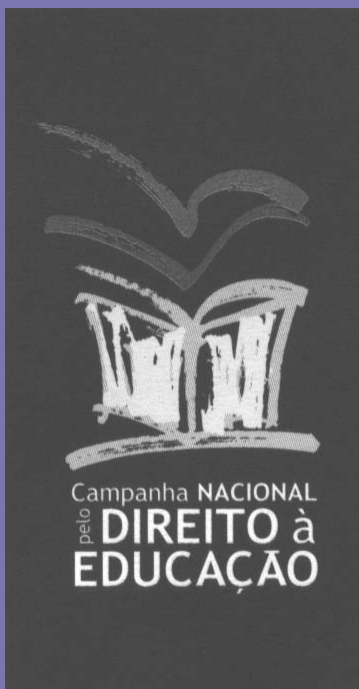
Lançado em 27 de agosto de 2003, o Banco Social de Serviços encontrou receptividade positiva nas esferas governamentais, como amplo programa social e de criação de políticas públicas.

Em fins de 2003, contatos com os Ministérios da Saúde e do Trabalho, com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal apresentavam o indicativo dos primeiros projetos a serem implementados pelo Banco:

- 1) intervenção conjunta, em parceria com secretarias municipais de saúde, no programa federal "De volta pra casa", visando a desinstitucionalização de portadores de sofrimento mental internados há mais de dois anos;
- 2) apoio à implementação de medidas socioeducativas em meio aberto e de intervenção em conjunto com programas de liberdade assistida;
- 3) apoio psicológico a pessoas desempregadas em busca de emprego.

O Banco Social de Serviços, desde o seu lançamento, mostrou caminhar na direção escolhida pela Psicologia brasileira: o da transformação social e da democratização dos serviços em Psicologia.

Ao término do ano de 2003, o Banco Social de Serviços, banco de horas depositadas pelos psicólogos para trabalhos sociais, já representava um salto qualitativo na construção de uma Psicologia comprometida com as causas sociais.



2.2 - Psicologia e Movimentos Sociais

Ao longo de 2003, o CFP manteve contato com diversos movimentos sociais, que se relacionam com a profissão ou com os Direitos Humanos, no Brasil e fora dele.

Organizações nas quais o CFP teve efetiva participação, em algumas inclusive como membro de Executiva:

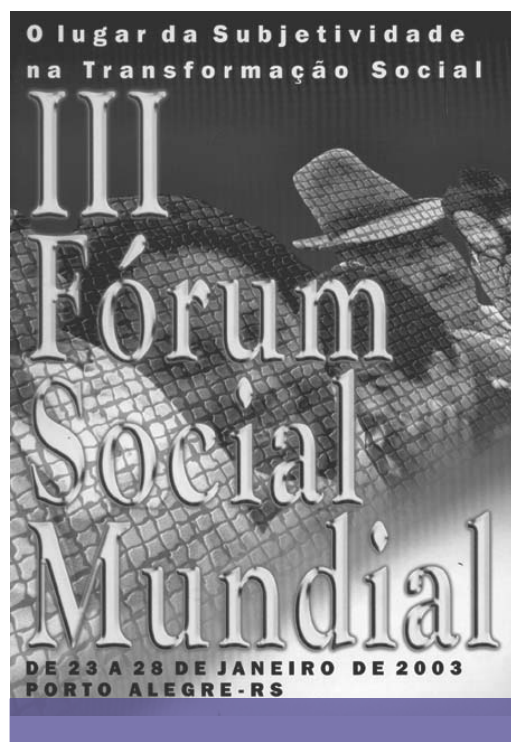
- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC;
- Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente – Fórum DCA;
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda;
- Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública – FNDEP.



2.3 - Fórum Social Mundial

O Sistema Conselhos participou ativamente do III Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2003, em Porto Alegre, desenvolvendo uma série de oficinas, com o objetivo de discutir temas que agregassem ao debate “Transformação Social: uma luta possível, uma perspectiva referente à subjetividade”.

A mesa magna foi realizada pelo Conselho Federal, com o tema “Realidade e utopias: o lugar da subjetividade na transformação social”. O CFP reafirmou, ali, a importância do compromisso social da Psicologia brasileira, como categoria profissional que tem muito a contribuir, principalmente na transformação da realidade do país.



2.4 - Fórum Social Brasileiro

O Sistema Conselhos também participou da organização, ao lado de ONGs de Direitos Humanos e Saúde Mental, serviços de Saúde Mental e outros, do I Fórum Social Brasileiro. Este coletivo introduziu no Fórum Social Brasileiro o questionamento a todas as formas de privação de liberdade. O evento contou com atividades como seminários e intervenções culturais e mobilizou um número expressivo de participantes, em Belo Horizonte, no mês de novembro de 2003, em torno das discussões sobre as diferentes formas de privação de liberdade adotadas pela sociedade moderna, e contribuiu nas discussões sobre o tema “Um outro mundo é possível!”.



2.5 - A Comissão Nacional de Direitos Humanos

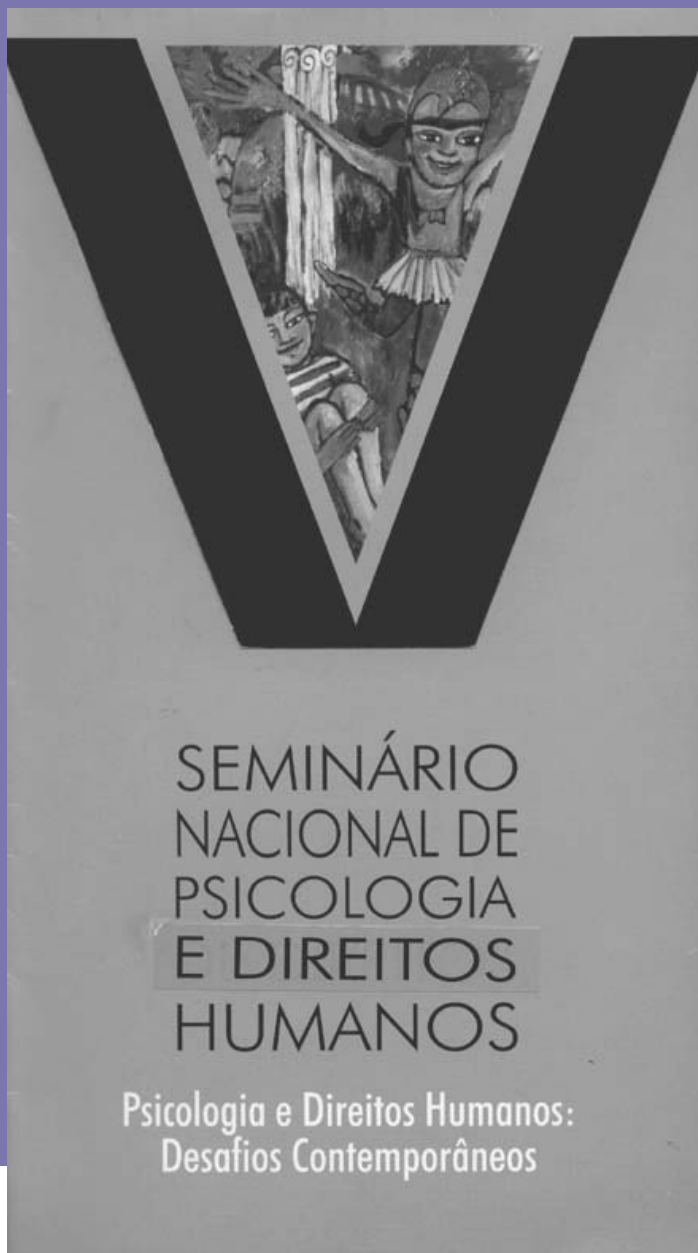
A Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP tem os seguintes objetivos:

- Estudar os múltiplos processos de exclusão social enquanto fonte de sofrimento mental e intervir em situações concretas onde existam violações dos Direitos Humanos que estejam produzindo algum tipo de sofrimento mental;
- Participar ativamente das lutas pela garantia dos Direitos Humanos na sociedade brasileira;
- Apoiar e prestar solidariedade aos movimentos internacionais pelos Direitos Humanos.

No ano de 2003, a Comissão teve a seguinte composição:

- Marcus Vinícius de Oliveira Silva – Presidente
- Ana Luíza de Souza Castro (CFP)
- Deputada Maria do Carmo Lara (PT/MG)
- Genaro Ieno Neto
- Heliana de Barros Conde Rodrigues
- Leôncio Camino
- Pedrinho Guareschi





2.5.1 O V Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos

Aconteceu em Brasília, no mês de novembro de 2003, o V Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, intitulado “Psicologia e Direitos Humanos: desafios contemporâneos”, com ato público no dia 28 de novembro na Câmara dos Deputados, abordando a necessidade real da educação inclusiva, tema da Campanha Nacional de Direitos Humanos do ano de 2003. A manifestação, ocorrida em Plenário, teve expressiva cobertura da mídia e também posicionou o Sistema Conselhos contra a redução da maioria penal.

O V Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos teve como objetivos:

- Possibilitar debates e reflexões sobre os desafios colocados na conjuntura atual, nacional e internacional, para a luta pela instauração de uma cultura de Direitos Humanos, enfatizando os aspectos relacionados com a subjetividade que se encontra envolvida nessa tarefa;

- Incentivar discussões sobre as múltiplas visões do humano que informam os Direitos Humanos à Psicologia, explorando as promessas, limitações e contradições que nelas se presentificam e se expressam nas nossas configurações sociais ocidentais modernas; e

- Desenvolver a sensibilidade profissional dos psicólogos para identificarem e intervirem positivamente em situações que envolvam violações dos Direitos Humanos, bem como incentivar o seu engajamento na sua promoção.

O V Seminário homenageou a psicóloga Dr^a Maria Cecília Bouças Coimbra, militante na defesa dos Direitos Humanos no Brasil, reconhecida internacionalmente como fundadora do Grupo Tortura Nunca Mais, no Rio de Janeiro, e teve expressiva participação dos conselhos regionais.



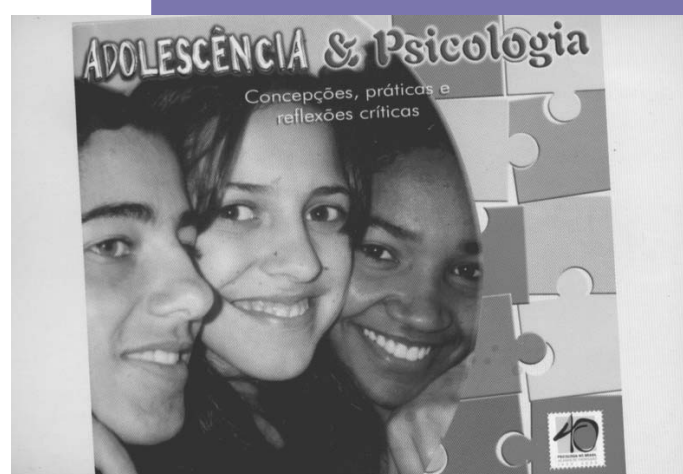
2.5.2 Campanha “Educação Inclusiva - Direitos Humanos na Escola!”

As comissões de Direitos Humanos dos conselhos de Psicologia elegeram o tema do direito à educação inclusiva para a sua Campanha Nacional anual, como forma de estar contribuindo para a radicalização das problematizações acerca dessa questão, interrogando sobre as dificuldades teóricas, práticas, técnicas e políticas que vêm inviabilizando, hoje, no Brasil, a sua concretização. A campanha intitulou-se: “Educação Inclusiva: Direitos Humanos na Escola – por uma escola-mundo onde caibam todos os mundos!” e teve como objetivos:

- Realizar mapeamento nacional em instituições, escolas e serviços, públicos e/ou privados, quanto à existência atual e modo de acolhimento a crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais;
- Reivindicar do governo a realização de maiores investimentos com relação à Educação Inclusiva, no que tange à capacitação de profissionais e cuidadores, à ampliação das redes de serviços e à criação, recuperação e melhoria dos espaços destinados à convivência integrada;
- Efetuar uma revisão crítica de participação histórica dos saberes e práticas psicológicas na criação e manutenção de ações excludentes, questionando o *status quo* dos paradigmas científicos e profissionais discriminatórios ou apartadores e difundindo referenciais que definam a perspectiva inclusiva;
- Favorecer a idéia de inclusão, no intuito de articulá-la à defesa dos Direitos Humanos, em todas as vertentes de luta contra a discriminação, a invalidação, a desqualificação e o preconceito.

2.5.3 Cartilha: “Adolescência & Psicologia”

O CFP produziu em 2002 a cartilha “Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas”, voltada aos psicólogos que trabalham com a população adolescente. O livro foi lançado em 2003, com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda.



LANÇAMENTO DO LIVRO

12ª Conferência Nacional de Saúde

Data: 10/12

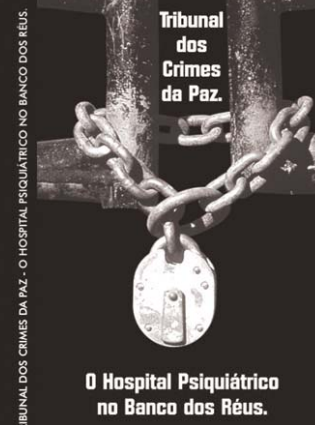
Horário: 18h

Local: Academia de Tênis, Setor de Clubes Sul, Trecho 04, Conj. 05, Lote 1B

Palácio do Conselho Federal de Psicologia no espaço de Festa



REFORMA
PSIQUIÁTRICA.
É NO MUNICÍPIO
QUE ELA ACONTECE!



2.6 - Luta Antimanicomial

O CFP e a Comissão Nacional de Direitos Humanos apoiaram o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial em 2003, sendo dos maiores articuladores em nível nacional.

No Dia 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, a campanha com Arthur Bispo, ex-usuário de Saúde Mental, artista reconhecido nacionalmente, foi a forma que o Conselho e a Comissão encontraram de se posicionarem novamente contra a existência dos manicômios no país e contra a exclusão social dos portadores de sofrimento mental.



Ainda dentro da luta antimanicomial, a Comissão editou o filme em DVD "Tribunal dos Crimes da Paz – o hospital psiquiátrico no banco dos réus", com o apoio da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, do FENTAS – Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde e da Associação dos Juizes pela Democracia. A produção caracterizou-se como um esforço para denunciar a falência do hospital psiquiátrico enquanto recurso assistencial no Brasil.

Por ocasião da XII Conferência Nacional de Saúde, no mês de dezembro, em Brasília, o CFP manifestou-se contrariamente à realidade manicomial vigente, através do lançamento da obra "Loucura, Ética e Política: escritos militantes"; da distribuição do manifesto "Em boa companhia", em que expressa o seu apoio à fundação da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial; e da publicação do "Manifesto Caicó", em que denuncia situações de maus tratos e mortes ocorridas no Hospital Milton Marinho, situado em Caicó, no Rio Grande do Norte.



2.7 - Conferências nacionais

Em 2003 as grandes conferências nacionais marcaram a abertura do diálogo entre movimentos sociais organizados, sociedade civil e governo.

O CFP esteve presente em várias dessas conferências, marcando o lugar da Psicologia na construção de uma outra realidade social possível:

- V Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (nesta trabalhando inclusive na organização);
- Conferência das Cidades;
- Conferência Nacional de Assistência Social;
- XII Conferência Nacional de Saúde;
- Conferência Nacional em Medicamentos e Assistência Farmacêutica;
- Conferência sobre Trabalho e Emprego.

2.8 - Evento contra a ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

Em 17 de novembro o CFP esteve na cidade de Miami, a participar da Marcha contra a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. Ao lado de militantes dos movimentos sociais, ONG's norte-americanas e da América, o evento, que tomou toda a cidade, foi combatido frontalmente por um número expressivo de policiais e acabou se tornando perseguição à militância em campo aberto.



2.9 - Fórum Mundial de Educação

Também no FME – Fórum Mundial de Educação, ocorrido de 19 a 23 de janeiro, em Porto Alegre, esteve presente o CFP.



3- Exercício Profissional, Avaliação e Formação

É missão do CFP regular a relação entre a Psicologia e a sociedade, orientar debate transparente, zelando pela ética e pela preocupação com os serviços prestados.

3.1 - Avaliação dos Testes Psicológicos



Desde a publicação da Resolução CFP 2/2003, que definiu e regulamentou o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos no país, foi necessário capacitar os conselhos regionais de Psicologia para esta ação.

Para a publicação da primeira lista de testes psicológicos com parecer favorável para uso no país, foi implantada a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, sob a coordenação dos conselheiros Ricardo Figueiredo Moretzsohn e Gislene Maia de Macedo, que ficou responsável por auxiliar o CFP na análise e emissão de parecer sobre 120 testes psicológicos, além de ter contribuído no esclarecimento de diversas consultas da categoria e dos CRs sobre questões técnicas relacionadas ao uso dos testes psicológicos.



Para a divulgação desses trabalhos, foram publicados quatro editais, distribuídos nos meses de julho, novembro e dezembro, além de diversos textos e *folders* explicativos.

Esta ação, principalmente após a divulgação das análises dos testes psicológicos, no dia 6 de novembro de 2003, suscitou uma grande quantidade de dúvidas da categoria e órgãos públicos, que procuraram o CFP para esclarecimentos.

Com todas as informações que essa ação proporcionou, foi necessário construir um sistema informatizado que possibilitasse organizar os dados dos testes psicológicos no Brasil e facilitasse o trabalho de todos os envolvidos no processo de avaliação realizado pelo Conselho, além da possibilidade de emissão de relatórios de pesquisa referentes aos mais diversos tipos de conteúdo sobre os instrumentos. Implementa-



do, esse sistema foi nomeado de Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – Satepsi. O Satepsi fica à disposição da sociedade, como utilidade pública, no *site* da Psicologia, inclusive com a relação atualizada dos testes em condições de uso no país.

O trabalho de avaliação dos testes psicológicos em condições de uso no Brasil veio disponibilizar aos psicólogos instrumentos cada vez mais confiáveis: testes psicológicos que fortalecem a credibilidade profissional quando aplicados nos contextos a que se propõem; e, à sociedade, transparência na Avaliação Psicológica a que é submetida.

No intuito de sensibilizar os profissionais que trabalham na área de Avaliação Psicológica e dirimir dúvidas em relação à Resolução CFP nº 002/2003, também o CFP participou dos debates do I Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica, promovido pelo IBAP – Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica.

O trabalho de resgate da confiabilidade dos testes foi, sem dúvida alguma, um dos momentos mais importantes para a conquista da credibilidade da Psicologia, em nível nacional, desde a sua criação como ciência e profissão.

3.2 - II Fórum Nacional de Ética

O processo de revisão do Código de Ética Profissional do psicólogo contou com a realização do II Fórum Nacional de Ética, ocorrido de 7 a 9 novembro de 2003, em Brasília, com o tema “Ética e Psicologia: uma perspectiva cidadã”, o qual procurou servir como um eixo norteador para a reflexão sobre a participação do psicólogo na sociedade brasileira.

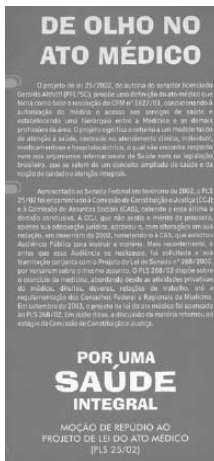
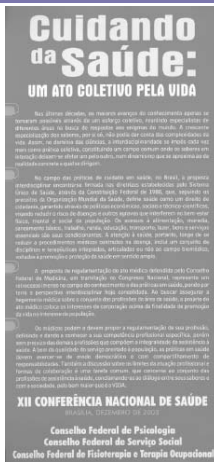
Em todos os momentos, o Sistema Conselhos buscou incentivar reflexões críticas acerca da atuação profissional dos psicólogos, desenvolvendo propostas para a alteração do Código de Ética que estivessem em sintonia com as necessidades e com a realidade da sociedade brasileira contemporânea, à luz dos novos instrumentos jurídicos produzidos por esta mesma sociedade em defesa da cidadania (ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, Código de Defesa do Consumidor...).

3.3 - Campanha contra o PL do Ato Médico (PLS 25/02)

O Conselho Federal de Psicologia posicionou-se, desde a proposição, contrariamente ao PLS 25/02 – Projeto de Lei do Ato Médico, que tramita no Senado Federal, por entender que ele cria uma hierarquia entre a Medicina e as demais profissões da área da saúde e busca retroceder a um modelo falido de assistência à saúde, medicamentoso e hospitalocêntrico, que não encontra mais respaldo nem nos organismos internacionais de saúde e nem na própria legislação brasileira.

Durante a XII Conferência Nacional de Saúde, que ocorreu de 7 a 11 de dezembro, em Brasília, os delegados do CFP no evento apresentaram uma Moção de Repúdio contra o Projeto, com a adesão de mais de uma centena de assinaturas colhidas durante a Conferência. Além disso, distribuíram o panfleto “Um ato coletivo pela vida”, contra o PL, feito em parceria com o Conselho Federal dos Assistentes Sociais e com o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Sob o incentivo dos delegados do CFP, a madrugada do dia 12 de dezembro, quando se encerrava a conferência, viu a maioria maciça dos delegados presentes ao evento (mais de 80%) votar contra o Projeto de Lei do Ato Médico, declarando a posição oficial da Conferência Nacional de Saúde em relação ao PLS.



3.4 - Diretrizes Curriculares

Desde a apresentação da primeira proposta de Diretrizes Curriculares pela Comissão de Especialistas, em 1999, o CFP sempre defendeu, em suas gestões junto ao Conselho Nacional de Educação – CNE, a participação dos segmentos organizados da Psicologia brasileira na definição das diretrizes para a formação do psicólogo.

Em agosto de 2003, o CFP publicou as propostas das diferentes Entidades da Psicologia brasileira para as Diretrizes Curriculares, fomentando as discussões sobre o tema.

3.5 - Credenciamento de Cursos

Em 2003, o CFP deu início ao processo de credenciamento dos cursos de especialização oferecidos por diversas instituições formadoras em diferentes áreas da Psicologia.

O credenciamento é realizado pela Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), que recebeu delegação do CFP para operar em todos os procedimentos necessários.

O credenciamento do curso é condição necessária à obtenção do título de especialista por curso concluído. Em 2003, 18 cursos de especialização, nos diferentes estados brasileiros, foram credenciados pelo CFP.



3.6 - Processos Éticos

Foram julgados em grau de recurso, ao longo do ano de 2003, 12 processos éticos.

3.7 - Título de Especialista

A partir de deliberação do IV Congresso Nacional da Psicologia (CNP) coube aos Conselhos de Psicologia procederem à abertura imediata de fórum de discussão sobre a constituição das especialidades e sobre o processo de registro de especialistas nos âmbitos: municipal, estadual e nacional, buscando garantir formas democráticas e amplas de consultas e decisão.

Ainda em dezembro de 2002, com exceção do Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região, todos os Fóruns Regionais estavam instalados. Cada um dos Fóruns Regionais funcionaram em 2003 com a coordenação de um Conselheiro Regional. A Comissão Nacional foi formada pelo coordenador/presidente de cada um dos Fóruns Regionais (15) e um representante do CFP, responsável pela coordenação dos trabalhos.

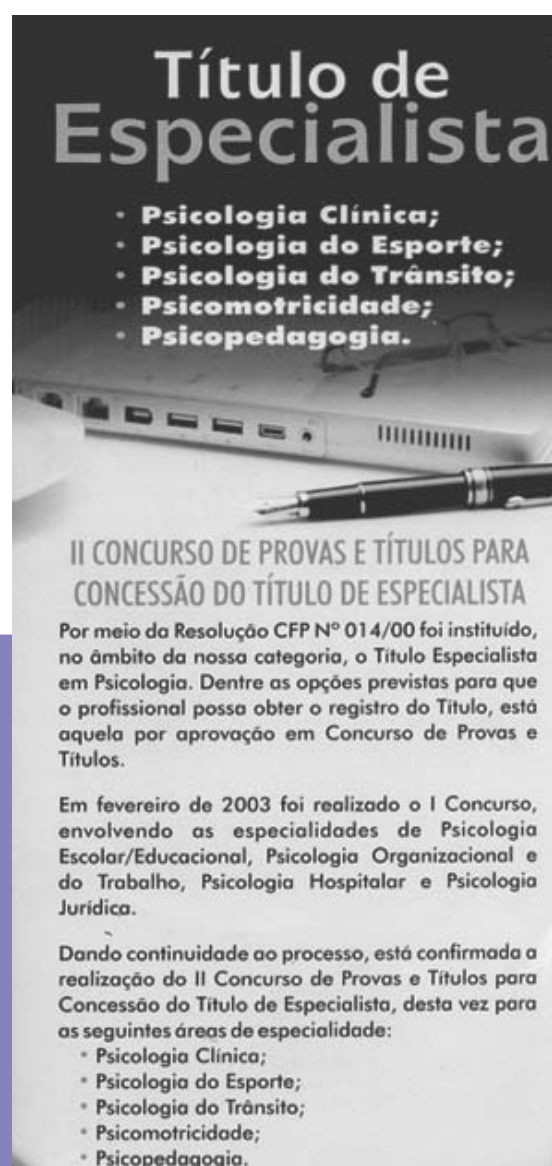
Os resultados das pesquisas (regionais e Federal) alcançados até o início do mês de dezembro de 2003 foram compilados em um caderno único pelo CFP, material entregue a todos os conselhos regionais para que se tornasse subsídio para consultas e discussões sobre o tema.

3.7.1 Concurso de Provas e Títulos para Concessão do Registro do Título de Especialista

Como uma das modalidades de concessão do Título de Especialista, o I Concurso de Provas e Títulos para a Concessão do Título de Especialista em Psicologia foi realizado em 9 de fevereiro, em contrato com a Fundação Universidade de Brasília, com o auxílio das entidades da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT) Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH) e Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABJ). O I Concurso contemplou quatro categorias: Psicologia Escolar/Educacional; Psicologia Jurídica; Psicologia Hospitalar; e Psicologia Organizacional e do Trabalho.

A empresa contratada para a realização do II Concurso foi a Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista – Vunesp. O edital sobre a realização deste concurso foi publicado em 31 de dezembro e contemplava:

- Psicologia Clínica;
- Psicologia do Esporte;
- Psicologia do Trânsito;
- Psicomotricidade;
- Psicopedagogia.



3.7.2 - Novas áreas de Especialidades

Conforme previsto na Resolução CFP nº 014/00, Art. 3º-parágrafo único, “novas especialidades poderão ser regulamentadas, pelo CFP, sempre que sua produção teórica, técnica e institucionalização social assim as justifiquem”. Desta forma, em 2003, foi solicitada formalmente ao CFP a criação da área de especialidade da Neuropsicologia, para a qual foi criado um GT responsável por verificar se a área atenderia aos critérios e se configuraria como modalidade de especialização.

Com o crescimento de solicitações para reconhecimento de novas áreas de especialidade, a APAF de maio de 2003 criou também um Grupo de Trabalho para resgatar os critérios que vêm sendo utilizados para tanto. Em dezembro ficaram registrados os então denominados Indicadores de Desenvolvimento de Área Profissional para Reconhecimento de Especialidades da Psicologia.

3.8 - III Congresso Norte-nordeste

O III Congresso Norte-nordeste da Psicologia teve apoio e participação do Sistema Conselhos de Psicologia, esta participação concretizando-se através da realização II Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, ocorrido de 28 a 31 de maio de 2003, cujo tema foi: “Políticas Públicas, Psicologia e Protagonismo Social”.

3.9 - II Psicoinfo - Seminário Nacional de Psicologia e Informática

Sem ignorar os avanços tecnológicos e sua relação com a Psicologia, em parceria com o CRP de São Paulo (CRP-06) o Conselho Federal realizou o II Psicoinfo – Seminário Nacional de Psicologia e Informática. O evento aconteceu de 10 a 11 de outubro, em São Paulo.

3.10 - Psicologia e Religião

Nos dias 17 e 18 de outubro, em parceria com o CRP de São Paulo, o Conselho Federal de Psicologia organizou o Seminário “Psicologia e Religião – a ética laica da Psicologia”, com participação de 560 psicólogos, demonstrando o caráter urgente desta discussão.

Políticas Públicas, Psicologia e Protagonismo Social

28 a 31 de maio de 2003



PSICOLOGIA e RELIGIÃO

“A Ética Laica da Psicologia”

17 e 18/10

- Madel Therezinha Luz
- Antônio Flávio Pierucci
- Gilberto Saffra
- Paulo Süss
- Antônio Cavalcanti Mala
- Carlos Drawin
- Ercília Pereira Zilli Tolesano
- Ageu Heringer Lisboa

Local: Auditório do CRP SP
Rua Aracê Maria, 451, J. América,
CEP 06410-020, São Paulo, SP

Mais informações e inscrições:
T: (11) 3661-0454 ramal 151
F: (11) 3661-0306

infoeventos@crp.org.br
www.orgps.org.br

Entrada gratuita



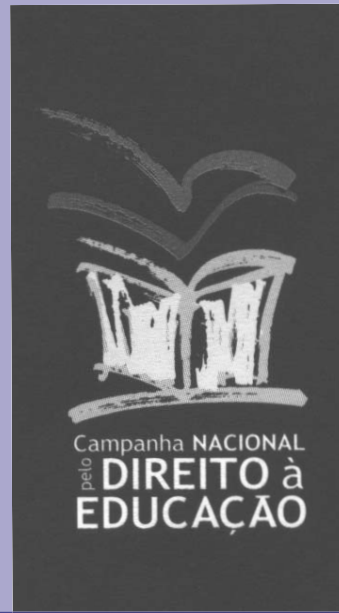
3.11 - Educação

Manifestando-se sobre o tema Educação, de 14 a 17 de outubro de 2003 o Conselho Federal de Psicologia fez-se presente ao XII Encontro Nacional da Abrapso – Associação Brasileira da Psicologia Social, onde desenvolveu várias mesas redondas e atividades, dentre elas a mesa redonda “Direitos Humanos e Educação Inclusiva”, na linha da Campanha Nacional de Direitos Humanos.

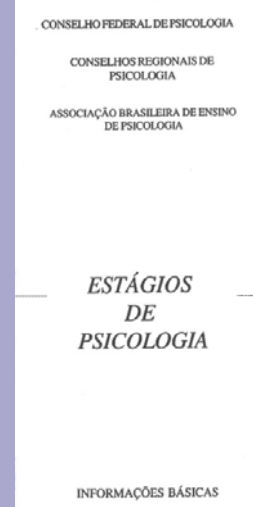
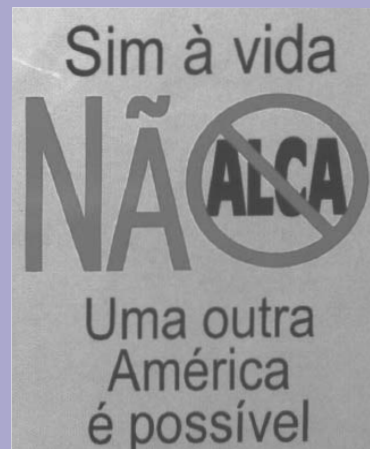
4- Parcerias Institucionais

O CFP tem buscado ampliar sua participação nas instâncias que deliberam sobre políticas públicas e sobre a inserção do psicólogo nas questões sociais. É assim que parcerias e representações têm contribuído para a intervenção do psicólogo em seu campo profissional e científico. Em 2003 foram firmados novas parcerias institucionais e outras foram intensificadas:

- **Conanda** – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselheiro responsável: Miguel Angel Cal González
- **Fórum DCA** – Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselheiro responsável: Miguel Angel Cal González
- **FENTAS** – Fórum das Entidades Nacionais de Trabalhadores da Área da Saúde
Conselheira responsável: Rebeca Litvin
- **Denatran** – Departamento Nacional de Trânsito / Câmaras Temáticas
Conselheiros responsáveis: Ricardo Figueiredo Moretzsohn e Gislene Maia de Macedo
- **FNDEP** – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Conselheiras responsáveis: Marilene Proença e Diva Lúcia Gautério Conde
- **FNDC** – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
Conselheira responsável: Diva Lúcia Conde Gautério
- **Campanha contra a ALCA** – Área de Livre Comércio das Américas
Conselheiro responsável: Paulo Roberto Martins Maldos
- **Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”**, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal
Conselheiro responsável: Ricardo Figueiredo Moretzsohn
- **Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional**
Conselheiro responsável: Ricardo Figueiredo Moretzsohn
- **Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial**
Conselheira responsável: Deusdet do Carmo Martins
- **Articulação das Entidades Psicanalíticas**
Conselheiros responsáveis: Analice de Lima Palombini e Ricardo Figueiredo Moretzsohn
- **Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde**
Conselheiro responsável: Eleuni Antônio Andrade de Melo



Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial



DENATRAN



4.1 - Entidades da Psicologia

Os conselhos de Psicologia têm buscado a parceria com outras entidades da Psicologia, reunindo esforços na construção de uma profissão forte e comprometida com a sociedade. Principais parceiros:

– ULAPSI–União Latino–americana de Entidades da Psicologia;
Conselheiro responsável: Odair Furtado

– Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB, onde o CFP participa juntamente com 16 outras entidades da Psicologia (Abrapso, ABEP, ABOP, Abrapee, SBP, Fenapsi, ABPJ, SBPD, IBAP, SBPH, SBPOT, SBPP, SBRo, Sobrapa, ANPEPP, Conep).

Especialmente, a BVSPsi – Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia tem encontrado apoio do CFP para a sua manutenção e permanente expansão. A BVSPsi é acessada pelo www.bvs-psi.org.br.

4.2 - Eventos

Em 2003, o Conselho apoiou alguns eventos, de relevância para a Psicologia:

– Comemoração dos 20 anos da Psicologia na Universidade Fluminense;

– I Congresso Latino-americano de Catadores de Materiais Recicláveis;

– Fórum Mineiro de Saúde Mental: com a implantação da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Saúde Mental e realização do Dia 18 de Maio – Dia Nacional da Luta Antimanicomial;

– I Encontro Mineiro de Serviços Substitutivos;

– XIX Congresso Nacional das Secretarias Municipais de Saúde Mental;

– IV Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar;

– III Encontro de Familiares de Usuários de Saúde Mental de Minas Gerais.



5- Visibilidade e Mobilização

A seguir, ações que buscaram a mobilização, social e da própria categoria, e que alcançaram visibilidade aos projetos implementados no ano:

5.1 - Revista “Psicologia, Ciência e Profissão”

Revista trimestral dos Conselhos Federal e regionais de Psicologia, publica artigos originais que remetem à atuação profissional do psicólogo, à pesquisa, ao ensino e à reflexão crítica sobre a produção de conhecimentos na área da Psicologia. Em 2003 esta publicação passou a ser *on line*, disponível no www.pol.org.br, com distribuição impressa específica para bibliotecas, entidades parceiras e Sistema Conselhos, com vistas à sua democratização. Foram publicadas três edições.

Em dezembro, a Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras, a APAF, deliberou pela criação da versão “Psicologia, Ciência e Profissão Diálogos”, publicação voltada ao diálogo entre ciência e práticas profissionais, de tiragem semestral, a ser distribuída a todos os psicólogos.

5.2 - Jornal do Federal

Publicação que aborda temas da Psicologia selecionados de acordo com os acontecimentos da atualidade, bem como referentes à análise conjuntural da Psicologia na América Latina: formação profissional, campanhas, ética e políticas públicas foram alguns dos temas que estiveram em pauta em 2003, quando foram publicados três números.



5.3 - Obra: “Loucura, Ética e Política”

Seleção de textos que tiveram origem nas falas dos participantes do Seminário “Loucura, Política e Ética”, que aconteceu em 2002, em Belo Horizonte, a obra “Loucura, Ética e Política: escritos militantes” trouxe histórias e reflexões sobre experiências que envolvem questões como ética, loucura, subjetividade, saúde mental, liberdade, responsabilidade e Reforma Psiquiátrica, dentre outras. Seu lançamento deu-se por ocasião da XII Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, no mês de dezembro de 2003, como mais uma ação do Federal na luta pela causa antimanicomial. No seu lançamento, o CFP promoveu um “apitajo” na Conferência, pelo fim dos manicômios no Brasil.



5.4 - Prêmio Monográfico

Prêmio Monográfico Arthur Ramos: em 2003, a edição do Prêmio teve como tema “Psicologia e Comunicação Social: produção de sujeitos, subjetividades e identidades culturais” e homenageou o psicólogo Dante Moreira Leite.



5.5 - Série “Não é o que parece”

Oito programas feitos para a TV Futura, com debate sobre diferentes temas a partir da perspectiva da Psicologia, foram reeditados em 2003, em VHS, com legendas em inglês e espanhol. O material destina-se a todos os que trabalham de alguma forma pela educação do povo brasileiro e apostam na construção da cidadania como caminho libertador e justo.

Responsáveis pela produção: Odair Furtado (CFP), Marcus Vinícius de Oliveira Silva (Comissão Nacional de Direitos Humanos) e Ana Mercês Bahia Bock (CRP-06).



5.6 - Site Pol

O Portal da Psicologia – www.pol.org.br – assumiu em 2003 sua função de meio de comunicação fundamental para realizar a interface entre a Psicologia e a sociedade e entre o CFP e os psicólogos. No Pol estão disponíveis Resoluções do Conselho, notícias da Psicologia no Brasil e no exterior, eventos do Conselho Federal de Psicologia e de diversas entidades da Psicologia brasileira e internacional, dentre outros assuntos.



5.7 - Imprensa

Ações do CFP foram pautas para a mídia nacional e até internacional em diferentes momentos do ano de 2003. Veja alguns destaques:

Folha de São Paulo

CADERNO OPINIÃO – 30/09/2003

Psicocirurgias: o Conselho Federal de Psicologia mostra-se preocupado com a nova roupagem de práticas verdadeiramente desumanas.

Odair Furtado, presidente do Conselho Federal de Psicologia

Folha de São Paulo

CADERNO COTIDIANO – 07/11/2003

Procuradoria investiga testes psicológicos

O Ministério Público Federal investiga a validade dos testes psicológicos (sobre publicação da Resolução CFP nº 007/03).

Folha de São Paulo

CADERNO OPINIÃO – 21/11/2003

É lamentável e inadmissível a posição do governador do estado de São Paulo ao propor o aumento do período de internação para adolescentes autores de ato infracional. São Paulo possui, se não o pior, um dos piores sistemas de atendimento para adolescentes privados de liberdade do país, não se adequou ao Estatuto da Criança e do Adolescente e desrespeita os Direitos Humanos. As unidades de internação são, na maioria, depósitos prisionais, traduzindo o que de pior podemos expressar com essas palavras.

Odair Furtado, presidente do Conselho Federal de Psicologia

Revista Istoé

NOTA ZERO – 24/11/2003

Conselho Federal de Psicologia reprova grande parte dos testes psicológicos usados em clínicas e em concursos públicos.



Folha de São Paulo

TESTES PROIBIDOS – 23/11/2003

Conselho Federal de Psicologia suspende uso de exames comuns em processos seletivos – 50% das provas psicológicas são ineficazes.

Completar figuras lógicas, fazer desenhos aleatórios em uma série de quadros, escrever um texto de próprio punho para ser avaliado: testes como esses, muito comuns em processos de seleção há pelo menos 40 anos, tiveram sua aplicação proibida pelo Conselho Federal de Psicologia.

Informes do PT

COMISSÕES DEFENDEM EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL – 28/11/2003

Com o objetivo de alertar o governo e o Congresso e provocar discussões, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou, nesta sexta-feira, na Câmara, manifestação em favor da instituição de uma cultura de educação verdadeiramente inclusiva no Brasil. A iniciativa defende que os alunos portadores de necessidades especiais, como deficientes visuais, auditivos, físicos ou mentais, possam efetivamente freqüentar as escolas de toda a rede pública, e não apenas aquelas destinadas ao ensino especial.

Diário da Manhã

MUDA TESTE PSICOLÓGICO PARA OBTENÇÃO DE CNH – 09/12/2003

Qualificar melhor o trabalho do psicólogo é o principal objetivo do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que, pela Resolução nº 002/2003, definiu mudanças e estabeleceu critérios para os testes psicológicos realizados pelos candidatos à aquisição da carteira de motorista. As alterações, que foram discutidas durante todo o ano pelo Conselho, já estão em vigor nos Detrans do país.



manifestação na Câmara Federal

5.9 - Acompanhamento de Projetos no Congresso Nacional

Diversos Projetos de Lei em trâmite no Congresso Nacional, de interesse da categoria ou da sociedade, foram acompanhados de perto pelo CFP. Veja o mapa de andamento desses Projetos, ao findar de 2003:

PL 18558/91	Piso salarial e jornada de trabalho psicológico	Andamento: pronto para pauta, ordem do dia, aguardando deliberação.
PL 383/91	Regulamenta o exercício profissional da Acupuntura	Andamento: arquivado.
PL 1873/91 PLC 105/96	Política nacional anti-drogas	Andamento: transformando na lei 1049/02 Vetado: Parcialmente.
PL 4731/94	Convertido PLC 90/2001: tecnólogo	Andamento: aguardando audiência pública.
PL 867/95	Registro de empresas nos conselhos	Andamento: aguardando parecer na CCJR. Designado relator dep. Paulo Rocha.
PL 2859/97	Avaliação Psicológica periódica dos integrantes das políticas	Andamento: vetado totalmente em 14/04/03.
PL 3124/97	Regulamenta profissão de psicopedagogo	Andamento: pronto para pauta da CCJR.
PL 4746/98	Regulamenta profissão de pedagogo	Andamento: (CEC): aguardando parecer.
PL 2264/96 (PL 4210/989)	Residência em saúde	Andamento: (CCIR): aguardando parecer do relator, dep. Antônio Cruz.
PL 4639/98	Adicional de periculosidade aos trabalhadores em instituições psiquiátricas	Andamento: mesa - arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno.
PL 585/99 (PL 1182/99)	Exame psicológico para prática de artes marciais	Andamento: mesa - arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno.
PL 3648/97 (PL5852/01)	Avaliação Psicológica para ingresso nos órgãos e empresas de segurança	Andamento: CCJR. Pronto para pauta.
PL 2416/00	Regulamenta profissão e cria Conselho Federal e regionais de Psicomotricidade	Andamento: desarquivado em 01/04/03.
PL 2755/00	Código de Trânsito Brasileiro-autoriza a aplicarem exames de aptidão física e mental nos exames de CNH	Andamento: mesa - arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno.
PL 3944/00	Regulamenta profissão de psicanalista	Andamento: mesa - arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno.
PL 713 A/95	Carteira de Habilitação-exames	Andamento: mesa - arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno.
PL 4901/01	Eletrochoque	Andamento: mesa - arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno.

PL 4410/01 PL 4827/01	Dispõe sobre a regulamentação da Musicoterapia	Andamento: (CCIR): parecer do relator, dep. Luiz Antônio Fleury, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do PL 4827/2001, apensado.
PL 60/99 PL 28633/00	Determina custeio, pelo SUS, do tratamento psicológico a pessoas vítimas de violência sexual	Andamento: mesa - pronto para pauta do Plenário.
PL 6240/2002	Fixa normas de formação de recursos humanos na área de saúde	Andamento: (CCJR): parecer da relatora, dep. Sandra Rosado, pela inconstitucionalidade deste.
PL 6653/02	Regulamenta profissão de Acupuntura	Andamento: mesa - arquivado termos do artigo 105 do Regimento Interno.
PL 837/2003	Dispõe sobre a participação de assistentes sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas	Andamento: (CEC): pronto para a pauta.
PL 0025/02	Dispõe sobre o Ato Médico	Andamento: (CCJC): designado como relator o senador Tião Viana.
PL 0043/2002	Regulamenta a profissão de astrólogo	Andamento: aguarda deliberação da CAS. Matéria pronta para a pauta.
PL 77/2003	Torna obrigatória a presença de psicólogo hospitalar nos serviços de saúde pública e privados	Andamento: devolvido pelo relator, sen. Mão Santa, com minuta de parecer concluindo pela aprovação do projeto com emendas.
PEC 171/93	Redução da maioria penal	Andamento: (CCJR): aguardando parecer.
PEC 20/99 APENSADO PEC 18/99 E 03/01	Redução da maioria penal	Andamento: matéria com a relatoria.
PEC 26/2003	Exclui dos concursos o caráter eliminatório dos testes psicotécnicos	Andamento: (CCJC): pronto para a pauta na Comissão.

6- Programa de Trabalho

A relação da Psicologia com a sociedade e o compromisso da Psicologia com as necessidades da população brasileira são o mote das ações do Conselho Federal de Psicologia. É fundamental a contribuição da entidade para que a relação da Psicologia com a sociedade seja mais qualificada em seus aspectos técnico, político, ético e ideológico.

6.1 - Relatório administrativo-financeiro

O CFP esteve sob a gestão do psicólogo Odair Furtado – presidente, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2003, que, com seus pares da Diretoria e Plenário, administrou os recursos financeiros referentes a receitas operacionais e não operacionais, cujas despesas realizadas no exercício apresentaram a seguinte posição:

Aplicação Projeto	% sobre o orçamento
Organização, Administração e Funcional	96,90%
Ações de Políticas de Gestão	71,26%
Ajuda ao CRPs	20,00%
Revista	46,05%
Fundo de Seções	98,72%

Foram realizadas duas Assembléias das Políticas Administrativas e Financeiras – APAF, referentes ao ano de 2003, uma em maio e outra em dezembro, tendo como um dos pontos de pauta a aprovação do Orçamento do Conselho Federal de Psicologia referente ao ano de 2003.

6.2 - Auditorias

As auditorias *in loco* iniciaram-se em 2002 e foram concluídas em 2003, em todos os conselhos regionais, de acordo com os relatórios. A empresa responsável foi a MerConsult Auditores e Consultores Associados Ltda.

6.2.1 CRP-05

Em 17 de março de 2003 foi instalada, no âmbito do CRP do Rio de Janeiro, uma Comissão Gestora com o desafio de reestruturar as atividades financeiras, administrativas e éticas do Conselho, que, na época, encontravam-se caóticas. Em outubro de 2002, uma medida judicial afastou o então presidente do CRP/RJ do cargo, assumindo a presidência, interinamente, a psicóloga Márcia Tassinari.

A designação de uma Comissão Gestora para o CRP05 fez-se necessária quando, em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 10 de março de 2003, os psicólogos do estado decidiram, por maioria dos presentes (apenas um voto contrário), destituir sua X Plenária, empossada em setembro de 2001.

A situação caótica em que se encontrava o CRP-05 apresentou-se mais grave quando foram divulgados alguns dos resultados das Auditorias realizadas pelo CFP e pelo TCU, que davam conta de inúmeras irregularidades na gestão do CRP-05: contratos com empresas sem prazos determinados, inexistência de licitações, cobrança de dívidas dos psicólogos por empresa terceirizada, cobrando taxas superfaturadas, dentre outras. Com a destituição do X Plenário, o CRP do Rio de Janeiro passou a ser conduzido por uma Comissão Gestora, indicada pelo Conselho Federal de Psicologia, composta pelos seguintes psicólogos: Diva Lúcia Gautério Conde (presidente), José Novaes (Vice-presidente), Maria José Coimbra (Tesoureira), Alessandra Daflon (Secretária), José Henrique Lobato e Margarete de Paiva Simões. Em outubro de 2003, mais três psicólogos vieram somar-se ao trabalho da Comissão: Analice de Lima Palombini, Eliana Vianna e Fabiana Valadares.

6.3 - Assessoria Jurídica

O escritório Cortês Advogados Associados prestou consultoria ao CFP ao longo de todo o ano de 2003, mediante as seguintes ações:

1- desenvolvimento de medidas extrajudiciais, administrativas e judiciais na forma e nos termos previamente ajustados com o CFP, acompanhando e defendendo seus interesses em Brasília-DF e, excepcionalmente, em todo o território nacional;

2- elaboração de peças com as informações referentes às consultas formuladas pelo CFP, no que se refere à tramitação de processos;

3- elaboração de editais, pareceres, contratos, convênios, memorandos, ofícios, petições, recursos e outros instrumentos jurídicos típicos do exercício profissional de advogado, além da elaboração dos instrumentos normativos do CFP (Resoluções, Instruções Normativas, Portarias...);

4- assessoramento e prestação de consultoria, quando necessário, nos processos decorrentes do exercício profissional de competência do CFP: acompanhamento de processos que tramitaram em outros estados da Federação.



presença no Congresso Nacional



manifestações na Câmara dos Deputados



V Seminário de Psicologia e Direitos Humanos

Relatório de Gestão 2004





Audiência no Senado contra o PL do Ato Médico



Seminário da ABEP sobre Diretrizes Curriculares

1- Gestão Administrativa

O Plenário do Conselho Federal de Psicologia é composto por 22 conselheiros, sendo nove conselheiros efetivos, nove conselheiros suplentes e quatro conselheiros convidados, que se reúnem mensalmente nas chamadas reuniões Plenárias, para apreciação e discussão dos assuntos de interesse da categoria, além de fiscalização e normatização do exercício profissional, frente às constantes mudanças nas conjunturas sociais e necessidades sociais emergentes, além de manter a organização administrativa e financeira da entidade.

A composição do Plenário sofreu alterações ao longo do ano de 2004, em função dos licenciamentos para concorrência em cargo eletivo, tendo em vista as eleições que ocorreram para composição da nova Plenária Federal, eleita em 27 de agosto de 2004. Com as desincompatibilizações, o Tesoureiro Francisco Viana deu lugar à Conselheira Deusdet Martins no período de maio a agosto. O conselheiro Ricardo Figueiredo Moretzsohn assumiu a presidência da instituição em maio, permanecendo no cargo até o final da gestão, em dezembro. Em função das eleições, os conselheiros Gislene Maia de Macedo, Marilene Proença, Marcus Adams de Azevedo Pinheiro e Sônia Cristina Arias Bahia desligaram-se da Plenária Federal no mês de agosto, para assumirem cargos nos plenários regionais. Também em abril de 2004 o Secretário Geral, Miguel Angel Cal González, desligou-se do Plenário.

Ao longo do ano de 2004, foram realizadas:

- 10 Reuniões Plenárias Extraordinárias, em Brasília;
- 12 Reuniões Plenárias, em Brasília;
- 14 Reuniões Presenciais de Diretoria, em Brasília;
- Duas Assembléias das Políticas Administrativas e Financeiras, APAF, em Brasília;
- Duas Reuniões Presenciais de Presidentes do Sistema Conselhos de Psicologia, em Brasília;
- Duas Reuniões Presenciais de Tesoureiros do Sistema Conselhos de Psicologia, em Brasília;
- 147 Telereuniões.

1.1 - Estrutura Interna

Um dos maiores desafios desta Gestão foi legalizar a situação de todos os seus empregados. De acordo com diretriz do Tribunal de Contas da União, na condição de autarquia o CFP deveria ter o seu corpo funcional todo admitido mediante concurso público. Ao grande desafio impôs-se a preocupação: como trocar todo o corpo funcional de uma instituição, num quantitativo em torno de 40 pessoas, sem se perder a memória das funções e dos projetos? Ao final de três anos, a presente Gestão entrega um CFP com todo o seu corpo funcional de acordo com os parâmetros do TCU, tendo mantidas todas as memórias de trabalho, de processos e de rotinas.

Coordenação Geral – CG

Coordenadora Geral: Yvone Magalhães Duarte

Secretária da Coordenação: Tatiana Freitas

Assessoria de Projetos Especiais – Aspe

Coordenadora do Banco Social de Serviços: Maria Otacília Battistelli

Gerentes de Projeto do BSS: Eliane Silvia Costa

Rodrigo Pereira

Vanessa Bombardi

Assessora de Projeto ULAPSI: Renata Selmo Piratininga

Coordenadoria Técnica – CT

Coordenadora: Cleide Maria de Sousa

Assessores: Juliana Borges

Maurício Sarmet

Rodrigo Vasconcelos

Juliana Lima

Assistente Administrativo: Rafael Oliveira

Estagiária de Psicologia: Andreza Aretakis

Coordenadoria Contábil-financeira – CCF

Coordenadora: Stela Maris Mittmann

Assistentes: Gilson Oliveira

Ian Piccinini

Auxiliar: Artur Nobre

Núcleo de Apoio aos Programas de Gestão – NAPG

Coordenadora – Tânia Zamberlan

Assistentes: Mônica do Nascimento

Marcos Wonder

Saulo Costa



Grupo de trabalho / V CNP



Presença do CFP em Seminário da ABEP

Núcleo de Apoio aos Órgãos Colegiados – NAOC

Coordenador – Evandro Valentim de Melo

Assistentes: Celso Jesus

Viviane Garcia

Luciano de Lima

Núcleo de Apoio

Supervisor – Wladimir Rogério dos Reis

Auxiliares: Márcio Ribeiro

Veracy Fernandes

Renato Reis

Paulo Menezes

Aderruan Saraiva

Maíra Guedes

Assistente: Antônio Carlos Muniz

Núcleo de Processamento de Dados - CPD

Coordenador: Gilberto Derze

Supervisor: Elton da Silva

Auxiliares: Alan Carvalho

Douglas Kollar

Web Design: Rafael Cabral

Núcleos terceirizados:

– Assessoria de Comunicação – Ascom

Assessora de Comunicação: Patrícia Saraiva Mendes

Jornalista: Camila Nakahara

Estagiárias de Jornalismo: Anna Carolina Laurindo

Natanry Dias

– Coordenadoria Jurídica – Cojur

Advogados: Gustavo de Lima

Fernando Augusto Nazaré

Gabrieli Corsino

Estagiário: Luana Valério Santana da Silva

Anderson Takenaka

– Auditoria

– Via Consult Auditoria e Consultoria

– Assessoria Parlamentar

Maxxi Estratégias (até 6/04)

Trajano e Silva Ltda (a partir de 7/04)

Em 2004, os funcionários passaram pelas seguintes formações: Análise de Melhoria de Processos, Auditoria Operacional e Setor Público, Capacitação para Pregoeiros, Administração em SQL Server, Operação de Linux, Espanhol Básico e SPSS Básico.

Além disso, o CFP concede auxílio-educação a dez funcionários, em nível de graduação, em áreas afins aos trabalhos desenvolvidos pela entidade.

1.2 - Resoluções

No intuito de regulamentar as atividades administrativas do Sistema Conselhos e regulamentar o exercício profissional do psicólogo, o Plenário 2002/4, no ano de 2004, editou as seguintes Resoluções:

Ano	Número	Ementa
2004	001	Cria o Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região (ES), fixa novas jurisdições e dá outras providências.
2004	002	Reconhece a Neuropsicologia como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do Título de Especialista.
2004	003	Altera a Resolução CFP nº 012/2003 e 018/2003, que cria a Assessoria de Projetos Especiais - Aspe.
2004	004	Institui os valores mínimo e máximo das anuidades para o exercício de 2005.
2004	005	Altera a Resolução CFP nº 010/98, de 18 de setembro de 1998.
2004	006	Altera a Resolução CFP nº 002/2003.
2004	007	Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região.
2004	008	Altera a Resolução CFP nº 012/2003. Aprova Plano de Cargos e Salários do CFP.

2- Psicologia e Compromisso Social



A Psicologia brasileira hoje pauta suas ações por um compromisso inarredável, em suas diferentes esferas de atuação, com a sociedade. É assim que, enquanto ciência e profissão, vem buscando a construção de respostas técnicas e científicas que levem em consideração as reais condições da população, na direção da melhoria da qualidade de vida e na busca incessante por um mundo melhor.

2.1 - Banco Social de Serviços

O Banco Social de Serviços resume o compromisso social da Psicologia brasileira: representa um salto qualitativo na construção de uma Psicologia comprometida com as causas da sociedade. Em vários projetos, o Banco disponibiliza à sociedade horas militantes dos psicólogos, em prol das políticas públicas.

Ao final de 2004, os seguintes projetos estavam implementados, funcionando com o banco de horas militantes dos psicólogos engajados:



1- Apoio psicológico a pessoas desempregadas (em parceria com o Ministério do Trabalho): Por meio de atividades com grupos de desempregados nas dependências dos órgãos ligados ao Sistema Nacional de Emprego, é oferecida a pessoas desempregadas uma oportunidade para expressar e elaborar sua vivência do desemprego. Os protagonistas do Banco Social participam de atividades de definição de procedimentos e passam a compor uma escala para

realização das atividades. Na seqüência, já estão sendo elaboradas formas complementares de apoio a essas pessoas, na busca de uma política pública de atendimento integral aos desempregados.



2- Desinstitucionalização de usuários de serviços de Saúde Mental (em parceria com o Ministério da Saúde):

Os protagonistas atuam no acompanhamento de pessoas que possam ingressar no programa “De volta pra casa” do Governo Federal. Essa pessoas vão receber uma bolsa para apoiar sua saída do hospital psiquiátrico e terão a colaboração de nossos protagonistas em diversas atividades que visem facilitar e imprimir velocidade e eficácia a esse processo. Essa

colaboração pode envolver atividades de “reapresentação” da cidade, retirada de documentação civil e participação em atividades culturais, até apoio na busca de formas de convivência na residência terapêutica ou com seus familiares.

3- Medidas socioeducativas sem privação de liberdade (em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos):

Os psicólogos protagonistas do Banco Social atuam na implementação dos princípios do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), voltados à implementação de medidas socioeducativas em meio aberto, especialmente liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade.



4- Avaliação da programação dos meios de comunicação (Parceria com a Comissão de Direitos Humanos e da Minorias da Câmara Federal):

A campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania” é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, em parceria com entidades da sociedade civil. Tem como princípio promover o respeito aos Direitos Humanos e à dignidade dos cidadãos nos meios de comunicação. O psicólogo protagonista do Banco Social realiza a elaboração de pareceres técnicos sobre os conteúdos dos programas denunciados como transgressores de Direitos Humanos.

5- Capacitação de psicólogos para participarem nos conselhos de controle social sobre políticas públicas (Em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos): O Banco Social de serviços incentiva a participação de psicólogos em conselhos municipais ou estaduais de políticas e controle social, especialmente nas áreas de saúde, direitos da criança e do adolescente e educação.

O Banco Social de Serviços tem encerramento previsto para ocorrer na APAF de maio de 2005.

2.2 - Psicologia e Movimentos Sociais

Em 2004, o CFP intensificou seu diálogo com os movimentos sociais, tendo em vista o compromisso social da Psicologia. Organizações nas quais o CFP teve efetiva participação, em alguma inclusive como membro da Executiva:

- Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)
- Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente (Fórum DCA)
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)
- Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP)

2.2.1 Série “Gente da Terra”



Em agosto de 2004 o CFP inaugurou um novo diálogo: parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra–MST permitiu a realização do Seminário “Subjetividade e a questão da terra”. No diálogo, a Psicologia pôde sentir pontos críticos da realidade do campo e dos trabalhos que vêm sendo realizados pelos trabalhadores sem-terra, com o fim de começar a construção de um referencial teórico para a abordagem temática “saúde mental e sua relação com a terra”. O evento abriu a série “Gente da Terra”.

Também em novembro o CFP promoveu, em parceria com o Cimi –

Conselho Indigenista Missionário, o Seminário “Subjetividade e os povos indígenas”, abrindo uma linha de diálogo com este campo novo para a Psicologia brasileira.

O evento, considerado produtivo por todos os participantes, permitiu um primeiro diálogo da Psicologia com comunidades indígenas das regiões norte, nordeste e sul do país.

Dentre os temas, a aproximação da Psicologia com a entrada do alcoolismo e das drogas nas comunidades indígenas e o contato com os índices de suicídio em algumas comunidades.

2.3 - A Comissão Nacional de Direitos Humanos

Hoje no Brasil os psicólogos vêm associando a luta pelos Direitos Humanos ao seu trabalho profissional, buscando e garantindo o respeito pela dignidade humana e condições adequadas de vida para todos. O Conselho Federal de Psicologia e os conselhos regionais fortalecem essa luta, mantendo comissões de Direitos Humanos nos 15 conselhos regionais (ao findar do ano de 2004, o 16º Conselho Regional de Psicologia, do Espírito Santo, recém-eleito, estruturava-se para também ter a sua Comissão de Direitos Humanos) e no Federal. Essas comissões mantêm-se em alerta e trabalham produzindo campanhas, publicações e eventos que divulguem e estabeleçam definitivamente o vínculo entre Psicologia e Direitos Humanos.

A Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP apresentava a seguinte composição, ao final do ano de 2004:

Marcus Vinícius de Oliveira Silva – Presidente
Ana Luíza de Souza Castro (CFP)
Deputada Maria do Carmo Lara (PT/MG)
Heliana de Barros Conde
Leôncio Camino
Pedrinho Guareschi

Inspeção a unidade manicomial / Recife



Catálogo

Psicologia e Direitos Humanos

2.4.1 Caso Caicó

Em 17 de julho de 2002, o mecânico Sandro Fragoso foi encontrado morto, com o corpo carbonizado e amarrado a uma cama de uma das celas-fortes do hospital Milton Marinho, da Fundação Carlindo Dantas, em Caicó, no Rio Grande do Norte.

Amplamente divulgada na mídia, a morte de Sandro Fragoso foi diagnosticada, em laudo médico feito pelo Dr. Salomão Gurgel (ex-deputado federal e responsável técnico do Hospital Psiquiátrico Milton Marinho) como decorrente de suicídio. A polícia técnica do Rio Grande do Norte, entretanto, concluiu que o incêndio que matou Sandro foi criminoso e provocado por terceiros.

Em face da flagrante afronta aos Direitos Humanos, o Conselho Federal de Psicologia, por meio da sua Comissão Nacional de Direitos Humanos, apresentou denúncia ao Ministério da Saúde contra o Hospital Psiquiátrico Dr. Milton Marinho, onde também o paciente José Martins de Sousa fora morto, sob graves suspeitas de maus tratos, violência e abandono fortuitos.

Em atendimento à denúncia formalizada, o Denasus – Departamento Nacional de Auditoria do SUS concluiu auditoria no estabelecimento e comprovou a denúncia formulada pelo Conselho Federal de Psicologia.



Mesa de abertura do VI Encontro Nacional das Comissões / vista parcial

2.4.2 Campanha Nacional: “Educação Inclusiva: Direitos Humanos na escola!”

Lançada em novembro de 2003, a campanha nacional da Comissão de Direitos Humanos do CFP ganhou vida em 2004, em diferentes momentos. As Comissões de Direitos Humanos dos conselhos de Psicologia elegeram o tema do direito à educação inclusiva como pauta da sua Campanha Nacional anual, como forma de estar contribuindo para a radicalização das problematizações acerca dessa questão, interrogando sobre as dificuldades teóricas, práticas, técnicas e políticas que vêm inviabilizando, hoje, no Brasil, a sua concretização.



2.4.3 Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia

No princípio do mês de dezembro a Comissão de Direitos Humanos do CFP realizou, em Brasília, o VI Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia.

Desta vez, o encontro teve um caráter de formação para os novos plenários do Sistema Conselhos, eleitos a 27 de agosto, com o objetivo fundamental de definição de estratégias de continuidade à política de Direitos Humanos adotada pelo Sistema. A política de Direitos Humanos no âmbito dos conselhos tem sido apontada como prioritária em todas as instâncias. Neste sentido, o evento teve, também, um caráter de troca de experiências e formação, onde a presença dos plenários eleitos dos conselhos regionais foi fundamental.

O Encontro também propiciou a formação e sensibilização das comissões de Direitos Humanos para a questão, visando torná-las orgânicas e atuantes, e realizou uma retrospectiva sobre os trabalhos já desenvolvidos pelas comissões anteriores. Contou, inclusive, com uma exposição de painéis sobre a história e ações da Comissão.

No evento, lançamento da obra “Direitos Humanos – subjetividade e exclusão”; apresentação do vídeo “Tribunal dos Crimes da Paz – o hospital psiquiátrico no banco dos réus”; e manifestação pública.



Exposição de painéis no VI Encontro Nacional das Comissões, sobre a história da Comissão Nacional de Direitos Humanos

2.5 - Luta Antimanicomial

O CFP e a Comissão Nacional de Direitos Humanos são hoje, sem dúvida alguma, importantes agentes da luta antimanicomial no país.

Em comemoração aos 15 anos de intervenção municipal na Casa de Saúde Anchieta, o CFP, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, promoveu, no mês de maio, o seminário “Em Defesa da Dignidade Humana”.

A campanha de 2004 contra os manicômios teve como tema “Romper a incabível prisão”. Neste mesmo ano o CFP trouxe as comemorações do Dia Nacional contra a Tortura, 27 de junho, para a causa antimanicomial e lançou outra campanha, contra a tortura em manicômios: “Este destino não é justo!”.

A militância contra os manicômios levou a Comissão de Direitos Humanos do CFP, junto à OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, a, em março de 2004, realizar vistorias de surpresa em hospitais psiquiátricos no estado de Pernambuco, onde mortes seqüenciais vinham sendo denunciadas. A vistoria, iniciando-se pelo Hospital Geral Octávio de Freitas, na capital pernambucana, fez com que as comissões de Direitos Humanos do CFP e OAB se deparassem, de imediato, com mais uma morte acontecida no local há apenas algumas horas. Ampla repercussão na imprensa, a ação levou à intervenção do hospital e de outras unidades no estado.

Na seqüência, em julho, novamente as comissões do CFP e OAB realizaram inspeção a unidades psiquiátricas. Desta vez, medida ousada, a inspeção, realizada de surpresa, aconteceu simultaneamente em 17 estados brasileiros, mais o Distrito Federal, e foi divulgada em mais de cem veículos de comunicação, por todo o país, tornando pública a situação caótica por que passam os manicômios no Brasil: instituições mal fadadas, falidas, anacrônicas. Fruto da inspeção, o “Relatório de Visita a Unidades Psiquiátricas – uma amostra da realidade manicomial brasileira” foi entregue pelo Presidente do CFP nas mãos do Ministro da Saúde, Humberto Costa. A entrega do relatório foi ainda ponto de pauta de reunião ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, órgão vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que contou com a presença, inclusive, do Ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

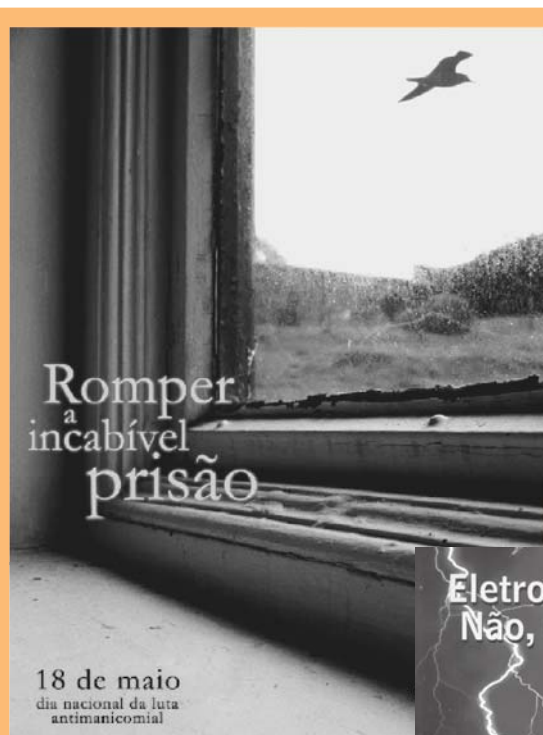


Inspeção a unidade em Recife

Após o lançamento do Relatório, o CFP realizou, ainda, em outubro de 2004, o Seminário “A Reforma Psiquiátrica Brasileira em Questão”, reconhecendo-se como entidade legítima no processo de discussão da Reforma Psiquiátrica. Por ocasião do seminário, movimentos sociais lançaram a campanha “Eletrochoque?! Não, obrigado! Imagine na sua cabeça!”, com amplo apoio da Comissão de Direitos Humanos do CFP.

A militância antimanicomial levou ainda o CFP a participar, no início de julho de 2004, do I Congresso Brasileiro de CAP's, organizado pelo Ministério da Saúde, em São Paulo, onde a maioria absoluta dos participantes era de psicólogos. No final do mês de novembro de 2004, o CFP esteve presente no III Congresso Internacional de Saúde Mental, ocorrido em Buenos Aires, mostrando o que já foi possível fazer em prol da saúde mental e dos Direitos Humanos no Brasil. E que há muito a se fazer ainda.

Em dezembro de 2004, o CFP, após apoiar a estruturação da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial, participou do seu I Encontro Nacional da Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial, em Fortaleza/CE.

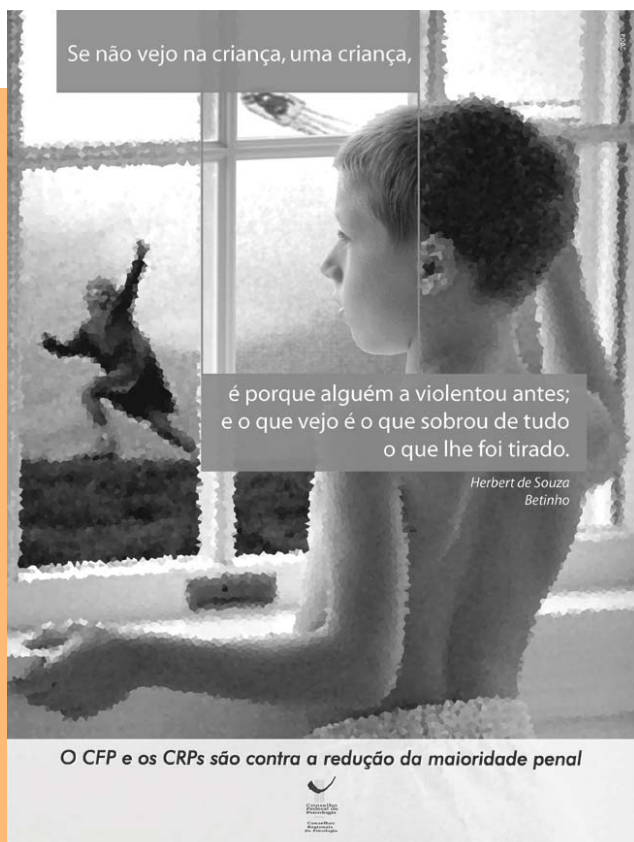


2.6 - Infância e Adolescência

A campanha do Poder Público para o ano de 2004, 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes também teve amplo apoio do Conselho Federal de Psicologia em sua divulgação. Nas vésperas das eleições municipais de 2004, o CFP realizou parceria com a Abrinq, apoiando o programa Prefeito Amigo da Criança, que divulgou candidatos às prefeituras que haviam firmado, em suas plataformas políticas, os termos de compromisso com a infância e adolescência brasileiras.

O CFP manteve, ainda, ao longo do ano, assento no FNDEP – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública; no Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente – Fórum DCA; e no Conanda – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Neste ano de 2004, o tema da campanha pela defesa dos direitos da infância e adolescência foi: “Se não vejo na criança, uma criança, é porque alguém a violentou antes. E o que vejo é o que sobrou de tudo o que lhe foi tirado”, posicionando o Sistema Conselhos, em definitivo, contra a redução da idade penal.

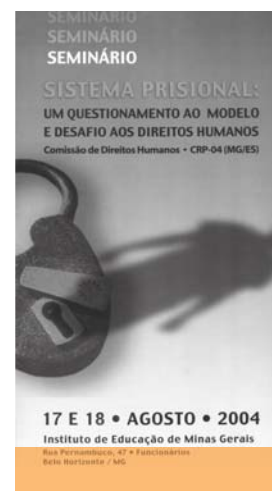


2.7 - Homoeróticos

Em resposta ao Projeto de Lei 2.177, de 2003, de autoria do deputado federal Neucimar Fraga (PL/ES), que tramita no Congresso Nacional propondo “assistência à reorientação sexual das pessoas homossexuais”, o CFP publicou parecer técnico acerca da matéria, criticando o Projeto pontualmente, seguindo as definições da Resolução CFP nº 001/99 e o respeito aos Direitos Humanos.

2.8 - Sistema Prisional

Em parceria com o Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (Minas Gerais), no mês de agosto o CFP realizou o Seminário “Sistema Prisional: um questionamento ao modelo e desafio aos Direitos Humanos”, para discutir de forma ampla e heterogênea o sistema prisional, com a efetiva participação dos poderes constituídos, iniciativa privada e agentes sociais, no intuito de questionar os problemas do atual modelo. O CFP entende que o grande desafio da Psicologia hoje é, possivelmente, construir novos paradigmas jurídicos, econômicos e institucionais, que possibilitem a transformação deste modelo.



2.9 - Educação

Em maio de 2004, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, FNDEP, no qual o CFP tem assento, promoveu o V Coned – Congresso Nacional de Educação, em Pernambuco. No evento, que teve como principal desafio avaliar políticas educacionais implementadas no país, em todos os níveis de ensino, o CFP esteve presente, participando ativamente da organização e na discussão dos eixos temáticos que perpassavam pela educação verdadeiramente inclusiva. Também no mês de abril de 2004, quando aconteceu o Fórum Mundial de Educação Temático, o CFP esteve presente, conduzindo o simpósio “Educação Inclusiva: desafios inovadores para a saúde e a educação”. A partir das discussões no simpósio, o CFP encaminhou documento alusivo ao tema como contribuição à Plataforma Mundial de Educação, apresentada no III Fórum Mundial de Educação, que aconteceu no Rio Grande do Sul, no final do mês de julho. Na ocasião, partiu do Conselho Federal de Psicologia e da Comissão Nacional de Direitos Humanos a proposta, em andamento, de criação de uma Rede Nacional de Luta pela Educação Inclusiva no País.



3- Exercício Profissional, Avaliação e Formação

O Conselho Federal, como instância mediadora entre a Psicologia e a sociedade, tem como papel principal a regulamentação e orientação às práticas profissionais e condução de debate transparente a essa fiscalização, zelando pela ética e pela atenção aos serviços prestados.

3.1 - Avaliação dos Testes Psicológicos

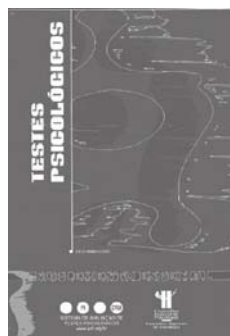


Ao longo do ano de 2004 a Avaliação dos Testes Psicológicos foi consolidada como uma conquista dos psicólogos, significando maior respaldo e reconhecimento social ao trabalho destes profissionais. O rigor aplicado à Avaliação Psicológica, a partir da publicação da primeira lista de testes psicológicos em condições de uso no país, em 6 de novembro de 2003, tornou-se uma conquista da própria sociedade brasileira, cujos cidadãos, sem sombras de dúvidas, puderam passar a depositar confiança no resultado dos testes psicológicos a que se submetam.

Modelo dinâmico, o Sistema de Avaliação recebeu ao longo de todo o ano novos testes psicológicos para avaliação ou testes anteriormente tidos como sem condições de uso, para reavaliação, atendidas suas falhas apontadas pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica nomeada pelo Plenário do Conselho Federal de Psicologia.

Para esclarecimento da categoria, em fevereiro de 2004 o CFP publicou, junto ao "Jornal do Federal", um encarte especial "Testes Psicológicos", contendo a relação de testes até aquela data em condições de uso no Brasil e respostas às principais dúvidas que o tema poderia suscitar. Posteriormente, duas Cartas Abertas à categoria também foram publicadas, dirimindo novas dúvidas sobre a questão Avaliação Psicológica. A atualização da lista de testes psicológicos em condições de uso no país é permanente no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – Satepsi, disponível no www.pol.org.br, o site da Psicologia, a título de utilidade pública.

A Gestão recebeu, no total, 132 testes psicológicos para análise.



I Encontro de
Avaliação Psicológica
na
Formação dos Psicólogos

Sobre este tema, em março de 2004 o CFP promoveu, em parceria com a ABEP, IBAP, SBRo, PUC/SP e CRP/SP, em São Paulo, o I Encontro de Avaliação Psicológica na Formação dos Psicólogos. Ao final do ano de 2004, o CFP respondeu a questionamento do Ministério Público acerca da legitimidade de sua ação, sem sombra de dúvidas de que o caminho escolhido para o importante resgate dos testes psicológicos no país foi o mais acertado.

A Gestão deixou pronto um Relatório sobre a Avaliação dos Testes Psicológicos, em formato de CD-ROM, com a legislação pertinente, Avaliação dos Testes Psicológicos e esclarecimentos acerca do processo, compondo um material, para tema, sem precedentes no mundo inteiro.



3.2 - Código de Ética

O Conselho Federal de Psicologia disponibilizou, no mês de outubro de 2004, Consulta Pública sobre a minuta do novo Código de Ética Profissional do Psicólogo, elaborada a partir das proposições do Fórum de Ética de 2003. A consulta, aberta a qualquer pessoa interessada em se manifestar sobre o conteúdo da matéria, teve como objetivo colher opiniões que norteassem a definição do novo Código.

O CFP recebeu 67 sugestões por meio da Consulta Pública e foi preparado minuta final, para o novo Código de Ética, a ser analisada pela APAF, ainda em dezembro de 2004.

Consulta Pública
ao novo
Código de Ética
Confira e dê sua sugestão



manifestação contra o PL em Brasília...

...Santa Catarina...

...Belo Horizonte...

...Rio de Janeiro...

3.3 - Campanha contra o PL do Ato Médico

No primeiro semestre de 2004, o CFP lançou a campanha pela multidisciplinaridade na saúde: “Muitas mãos para a linha da vida”.

Com a aprovação do PL pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, CCJC, no dia 30 de junho, o CFP recrudesciu na luta. Convocou os 11 conselhos federais da área da saúde (Biologia, Biomedicina, Educação Física, Farmácia, Fonoaudiologia, Odontologia, Nutrição, Enfermagem, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Serviço Social e Técnicos em Radiologia) e propôs a criação da Frente contra o Projeto de Lei do Ato Médico, cuja coordenação coube ao presidente do CFP. Dentre as várias ações da nossa Coordenação, o lançamento do site www.naoaatomedico.com.br, que, em apenas dois meses, superou duzentos mil acessos; o lançamento da campanha publicitária nacional “O Projeto de Lei do Ato Médico Ata-nos”, que ganhou campo no país inteiro; e a realização do Dia Nacional contra o PL do Ato Médico, o Dia 15 de setembro, que levou, em todo o país, mais de 100 mil pessoas às ruas, conseguiu divulgação em quase 150 veículos de comunicação nacional e jogou luz sobre um debate que vinha sendo conduzido apenas no interior do Senado Federal, de maneira obscurantista.

O site www.naoaatomedico.com.br disponibilizou também um sistema de envio de manifesto de repúdio ao PL, direcionado aos senadores que compõem a CAS – Comissão de Assuntos Sociais, onde se encontra o Projeto. Ao todo o sistema enviou cerca de 50 mil e-mails gerados somente no segundo semestre de 2004.

A Gestão fechou o ano com a condução da campanha nacional de assinaturas contra o Projeto de Lei do Ato Médico.



Presidentes dos conselhos federais em manifestação contra o PL

3.4 - Processos Éticos

Foram julgados, ao longo do ano de 2004, em grau de recurso, 19 processos éticos.

Ao final do ano de 2004, o CFP publicou o encarte especial “Súmula de Processos Éticos”, onde, priorizando a transparência e a ética em suas ações, divulgou o teor de todos os processos éticos julgados pela Gestão. No total, a Gestão julgou, no triênio 2002/4, 39 processos éticos.



3.5 - Diretrizes Curriculares

Nos dias 1º e 2 de agosto de 2004 o CFP participou do Seminário Nacional sobre Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia, posicionando-se como agente nesta discussão.

3.6 - Credenciamento de Cursos

Em 2004, o CFP, por meio da ABEP – Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, deu continuidade ao processo de credenciamento de cursos de especialização em Psicologia, oferecidos por todo o país, por diversas instituições formadoras em diferentes áreas. O credenciamento do curso é condição necessária à obtenção do título de especialista por curso concluído.



Abertura / V CNP



Plenário / V CNP



Mesa / V CNP

3.7 - Título de Especialista

Em 2004 o CFP realizou o II Concurso Público para a concessão do título de Especialista em Psicologia. O concurso para concessão do título de Especialista realizado neste ano teve uma maior procura do que a que houve em sua primeira versão, em 2003. No total, foram 436 inscritos, que puderam optar pelas seguintes especialidades: Clínica, Esporte, Psicomotricidade, Psicopedagogia e Trânsito. A área com maior procura foi Psicologia Clínica, com 67% das inscrições realizadas. Em segundo lugar, ficou Especialista em Trânsito, com 20% das inscrições efetivadas. As provas foram realizadas nas cidades de Brasília, Belém, Belo Horizonte, Florianópolis, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Nos dias 15 e 16 de outubro o CFP participou do I Seminário Nacional de Cursos de Especialização em Psicologia: especialização e cidadania. O CFP analisou, ainda, como instância recursal, 41 processos de solicitação do título de Especialista, sendo a maioria por experiência comprovada.



3.8 - Novas áreas de Especialidades

O CFP fez publicar, no Diário Oficial da União – DOU, de 05 de março de 2004, a Resolução CFP nº 002/2004, que regulamenta a Neuropsicologia como especialidade em Psicologia.

A instituição da especialidade, definida pela Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras, APAF, justifica-se pelo avanço da Psicologia e a consolidação dessa área profissional, por sua produção teórica, técnica e institucionalização social.

3.9 - V Congresso Nacional da Psicologia – V CNP

No período de 17 a 20 de junho aconteceu em Brasília o V Congresso Nacional da Psicologia – V CNP. Com o tema “Protagonismo Social da Psicologia – as urgências brasileiras e a construção de respostas da Psicologia às necessidades sociais”, o evento, que movimentou, desde 2003, o país de norte a sul, em Encontros Preparatórios, Pré- Congressos e Congressos Regionais, envolveu mais de 2 mil psicólogos; trouxe a Brasília 166 delegados, 12 observadores e 17

convitados; e produziu mais de 1.000 teses, apresentadas no Congresso já sistematizadas.

O V Congresso exigiu a criação de um site específico, o www.vcnp.pol.org.br.

A composição da Mesa de Abertura do V CNP contou com a presença do Secretário Especial de Direitos Humanos, Ministro Nilmário Miranda; com a presença do Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Delgado; e ainda com a presença do Coordenador do Curso de Psicologia do Instituto de Ensino Superior de Brasília, IESB, João Cláudio Todorov; da Diretora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, UnB, Maria Ângela Feitosa; do Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura, Sobrapa, Delvo Ferraz da Silva; da Presidente da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia, ABEP, e representante do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, Inara Leão; da representante da Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia, Conep, Juliana Varela; do representante da União Latino-americana da Psicologia – ULAPSI, Odair Furtado; além do presidente do CFP, Ricardo Figueiredo Moretzsohn; e do presidente da Comissão Organizadora Nacional do V CNP, Marcus Adams de Azevedo Pinheiro.

O V CNP definiu as novas diretrizes da Psicologia para o próximo triênio, nas quais a inserção do psicólogo nas políticas sociais tornou-se evidente. Os eixos de discussão deste CNP foram: Políticas Públicas; Inclusão Social e Direitos Humanos; e Exercício Profissional, sendo este eixo subdividido em Áreas Emergentes; Campo e Espaço de Atuação; e Formação e Exigências de Qualificação. Para a sistematização das teses levadas ao Congresso, o CFP desenvolveu um sistema específico, o Sicates – Sistemas de Cadastramento de Teses. O Caderno de deliberações do V CNP, constituído a partir do Caderno de teses gerado concomitantemente ao evento, foi encaminhado, em 2004, a todos os conselhos regionais. Sob o nome de Congresso Nacional abriga-se um amplo e complexo processo de construção democrática das diretrizes de ação dos conselhos, reunindo, partilhando, conglomerando diferenças, engajamentos, buscas de soluções e mudanças.



Plenário V CNP

3.10 - Saúde

O CFP manteve-se representado, em toda a Gestão, no Fórum das Entidades Nacionais de Trabalhadores da Área da Saúde – FENTAS e no Fórum dos Conselhos Federais da Área de Saúde, o “Conselhinho”. Em 2004, o CFP esteve presente ao II Seminário Nacional para Implantação do Programa de Saúde da Família no Brasil. Em maio deste ano, esteve presente também no I Congresso



Brasileiro de Prevenção da Transmissão Vertical do HIV. Ainda em maio de 2004, o CFP realizou, em parceria com os CRPs de Minas Gerais e do Paraná, o I Seminário Nacional Psicologia do Trabalho: “Saúde do Trabalhador – olhares, escutas e ações. A Psicologia em diálogo”. O evento veio discutir a presença e as ausências de políticas públicas voltadas para a saúde do trabalhador. O objetivo, com as “diferentes escutas”, foi de levantar subsídios que possam sustentar as práticas do psicólogo do trabalho.

3.11 - VI Congresso Brasileiro de Psicologia do Trânsito

O Conselho Federal de Psicologia, em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, e com o CRP-14 (Mato Grosso do Sul), promoveu, em Campo Grande, de 10 a 13 de novembro de 2004, o VI Congresso Brasileiro de Psicologia do Trânsito. Sob o título “Psicologia e Trânsito: compromisso social com a mobilidade humana”, o Congresso teve os seguintes objetivos:

- comunicar, refletir e discutir acerca das novas possibilidades de intervenção da Psicologia nas questões relativas ao trânsito;
- reunir profissionais da área, estudando as possibilidades de ações interdisciplinares com outras ciências e profissões;
- desenvolver uma posição crítica diante da ação dos psicólogos de trânsito;
- disseminar conhecimentos relacionados às responsabilidades políticas do psicólogo de trânsito.

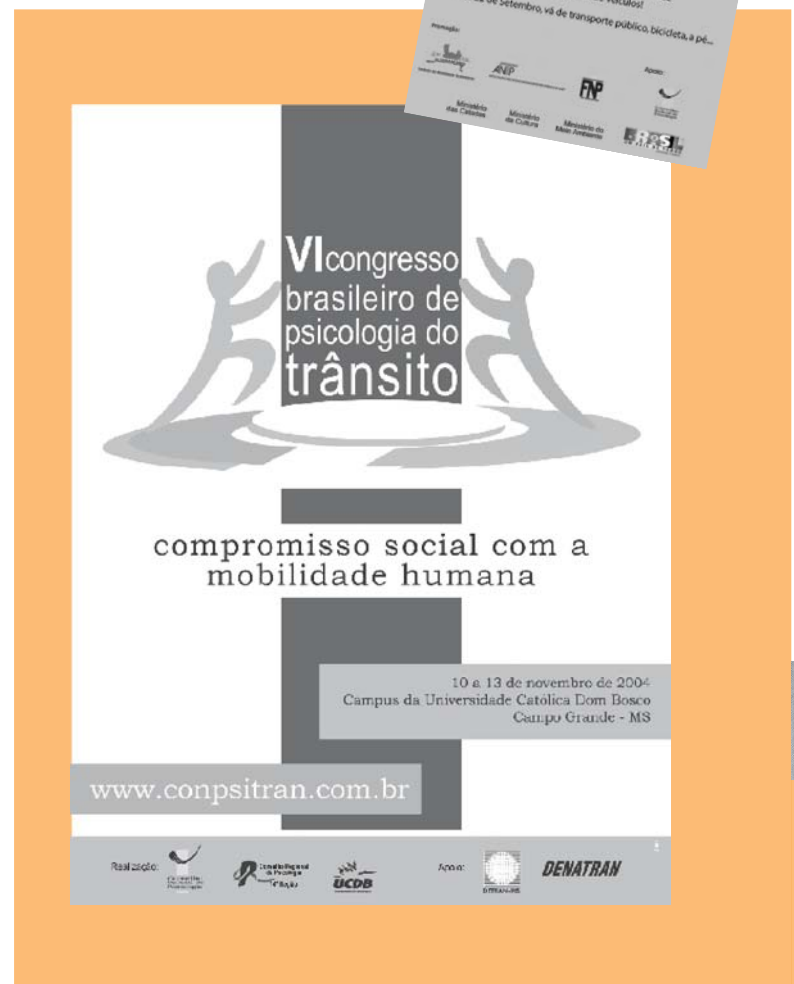
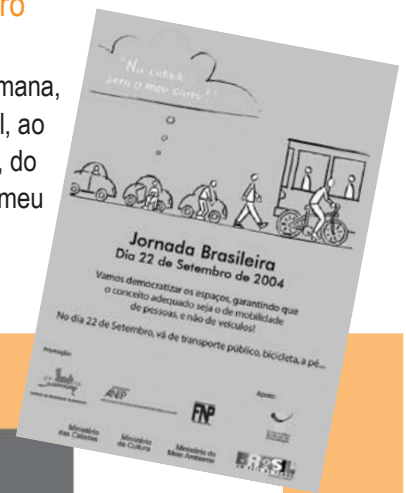
Os eixos das discussões, ao longo do Congresso, foram os seguintes: Políticas Públicas de Trânsito, com ênfase em Direitos Humanos, meio ambiente, saúde e educação; Ciência e Profissão, na ótica da formação, da Avaliação Psicológica, da intervenção, dos temas emergentes e da ética; e interfaces com a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Medicina, a Engenharia e o Direito, no que tange às questões do trânsito. Para a realização do evento, um site específico foi criado, o www.conpsitran.com.br.

O VI Congresso teve apoio do Denatran – Departamento Nacional de Trânsito e do Detran – MS e contou com a presença de 463 participantes, dentre psicólogos, estudantes e profissionais que pesquisam, atuam ou se interessam pelas áreas de trânsito e transportes.

Ao final do evento, a composição da “Carta de Campo Grande”, a ser entregue aos agentes que atuam na área de trânsito, em todo país. O VII Congresso deve acontecer em 2006.

3.11.1 Um dia sem meu carro

Ainda sobre o tema Mobilidade Humana, o CFP apoiou a realização nacional, ao lado de ONG’S e do Poder Público, do Dia 22 de setembro – Um dia sem meu carro.



4- Parcerias Institucionais e Entidades Comuns

É cada vez maior e mais visível a participação do CFP nas instâncias que deliberam sobre as políticas públicas e sobre a inserção do psicólogo nas questões sociais. Em 2004, o CFP esteve presente, muitas vezes como membro das Diretorias Executivas Nacionais, em diversas instituições representativas dos interesses da sociedade.

– **Conanda** – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselheiros responsáveis: Miguel Angel Cal González e Sandra Francisco Amorim

– **Fórum DCA** – Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselheiros responsáveis: Miguel Angel Cal González e Sandra Francisco Amorim

– **FENTAS** – Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde

Conselheira responsável: Rebeca Litvin

– **Contran** – Conselho Nacional de Trânsito/ Câmaras Temáticas de “Cidadania e Educação” e de “Saúde e Meio Ambiente”

Conselheiros responsáveis: Ricardo Figueiredo Moretzsohn e Gislene Maia de Macedo

– **FNDEP** – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
Conselheiras responsáveis: Marilene Proença e Diva Lúcia Conde Gautério

– **FNDC** – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Conselheira responsável: Diva Lúcia Conde Gautério

– **Campanha contra a ALCA** – Área de Livre Comércio das Américas

Conselheiro responsável: Paulo Roberto Martins Maldos

– **Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”**, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal

Conselheiro responsável: Ricardo Figueiredo Moretzsohn

– **Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional**
Conselheiro responsável: Ricardo Figueiredo Moretzsohn

– **Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial**
Conselheira responsável: Deusdet do Carmo Martins

– **Articulação de Entidades Psicanalíticas**

Conselheiros responsáveis: Analice de Lima Palombini e

Ricardo Figueiredo Moretzsohn

– **Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – “Conselhinho”**

Conselheiro responsável: Eleuni Antônio de Andrade Melo

Em 2004, pelo Programa Prefeito Amigo da Criança, o CFP firmou parceria também com a Abrinq, apoiando a campanha. Para a realização da série “Gente da Terra”, firmou parceria com o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e com o Cimi – Conselho Indigenista Missionário. Para a realização do VI Congresso Brasileiro de Psicologia do Trânsito, firmou parceria também com a UCDB – Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande.

4.1 - Entidades da Psicologia

Os conselhos de Psicologia têm buscado a parceria com outras entidades da Psicologia, reunindo esforços na construção de uma profissão forte e comprometida com a sociedade, em nível nacional e no mundo:

– **ULAPSI** – União Latino-americana de Psicologia

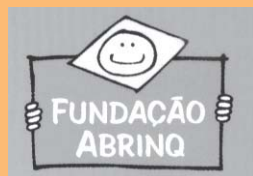
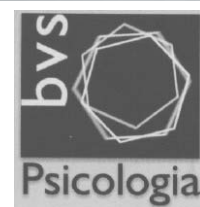
Conselheiro responsável: Odair Furtado

– **Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, FENPB**, onde o CFP atua juntamente com 16 outras entidades (Abrapso, ABEP, ABOP, Abrapee, SBP, Fenapsi, ABPJ, SBPD, IBAP, SBPH, SBPOT, SBPP, SBRO, Sobrapa, ANPEPP, Conep)

Especialmente, a **BVSpsi** – Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia tem permitido o resgate da memória da Psicologia brasileira e agora avança, com vistas à construção de uma biblioteca única, para toda a América Latina. O CFP tem apoiado os avanços da BVSPsi, que pode ser acessada pelo www.bvs-psi.org.br.

As intervenções do CFP na Psicologia latino-americana permitiram-lhe, também, no mês de setembro, participação no “VII Congreso al encuentro de la psicología mexicana” e no “III Congreso Latinoamericano de Alternativas em Psicologia”, ocorrido em Acapulco, no México.

Em 2004, o CFP participou do II Seminário “Diálogos com a Psicologia Latinoamericana” e esteve em visitas à Colômbia e ao Peru, para consolidação da Biblioteca Virtual (BVSPsi). Em 2004, o CFP realizou pesquisa e mapeamento de todos os movimentos sociais e ONG’s existentes na América Latina e no Caribe. Fechou o ano preparando sua participação no I Congresso Latino-americano da Psicologia, da ULAPSI, a ocorrer em 2005.



5- Visibilidade e Mobilização

Em 2004, o CFP foi presença constante na mídia nacional, em debates os mais intensos. Veja a seguir ações que buscaram a mobilização, social ou da própria categoria, e que alcançaram visibilidade aos projetos implementados.

5.1 - Revista “Psicologia, Ciência e Profissão”

No final do ano de 2003, a revista “Psicologia Ciência e Profissão” tornou-se *on line*, com a meta de democratizar o acesso às informações produzidas pelo periódico, tendo em vista o crescente número de psicólogos e estudantes de Psicologia, por todo o país. Assim, a “Ciência e Profissão” agora pode ser baixada do www.pol.org.br. No *site* estão disponíveis as quatro edições de 2003 e as duas edições publicadas em 2004.

Publicação trimestral, a revista traz artigos que remetem à atuação profissional do psicólogo, à pesquisa, ao ensino e à reflexão crítica sobre a produção de conhecimentos em Psicologia.

5.2 - Revista “Psicologia, Ciência e Profissão - Diálogos”

A Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras, a APAF, deliberou pela criação da versão “Psicologia, Ciência e Profissão Diálogos”, publicação voltada ao diálogo entre ciência e práticas profissionais. Em maio de 2004 foi publicado o seu primeiro número.

A edição de lançamento teve 60 páginas com artigos, entrevistas, debate “cara a cara”, coluna do psicólogo, resenhas, seção “prosa, contos e versos” e reportagens. Destaques para a entrevista “Psicoterapia não é luxo” e para a reportagem “A dimensão psicoterapêutica dos projetos do Banco Social de Serviços”.

Ao final do ano, o segundo número, sobre Direitos Humanos, foi publicado. A revista Diálogos vai para todos os psicólogos registrados.



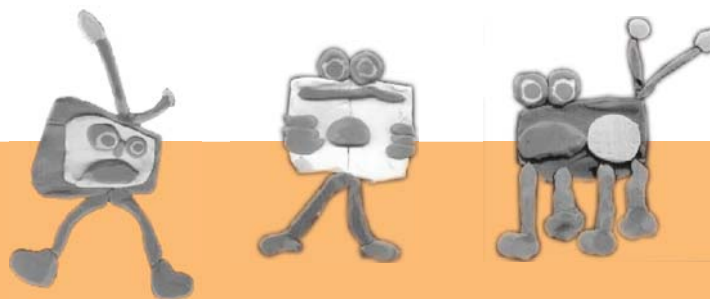
5.3 - Jornal do Federal

Em 2004 o “Jornal do Federal” passou por nova modelagem. Ganhou novo *layout* e projeto gráfico. Ficou mais bonito, leve e arejado. Publicação que aborda temas da Psicologia selecionados de acordo com os acontecimentos da atualidade, em 2004 foram publicados 4 números, os três primeiros números com tiragem de 110 mil exemplares e a edição 80, última do ano, com tiragem de 120 mil unidades, quando encartou um relatório das principais ações da Gestão, voltado aos psicólogos. Todas as edições de 2004 do “Jornal do Federal” estão disponíveis para *download* no *site* da Psicologia.



5.4 - Prêmio Monográfico

O CFP divulgou a lista dos vencedores do Prêmio Monográfico Dante Moreira Leite, que, em sua quinta edição, teve como tema “Psicologia e Comunicação Social: produção de sujeitos, subjetividade e identidades culturais”. No total, o CFP recebeu a inscrição de 93 trabalhos.





5.5 - Série “Não é o que parece”

O CFP renovou parceria com o canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, para edição de novos programas da série “Não é o que parece”. A previsão é de que, até o final de abril de 2005, mais dez programas da série tenham sido gravados e editados.

A parceria anterior resultou em oito programas, de aproximadamente 25 minutos, sobre diversos temas que versam sobre a dimensão subjetiva da realidade e do cotidiano. A finalidade dos programas é enriquecer análises da realidade social a partir da perspectiva da Psicologia e possibilitar que entidades que desenvolvem trabalhos educacionais e de formação política possam incluir os vídeos como material pedagógico em seus trabalhos.

De forma simples, os programas falam das contribuições que a Psicologia pode dar em relação à transformação do mundo em que vivemos.

Conselheiros responsáveis: Odair Furtado (CFP), Marcus Vinícius de Oliveira Silva (Comissão Nacional de Direitos Humanos) e Ana Mercês Bahia Bock (CRP-06).



imagem da capa – A Tarde / BA



imagem da capa – Estado de Minas / MG

5.6 - Site Pol

Em 2004, o Portal da Psicologia – www.pol.org.br – ganhou novo layout.

Com atualizações diárias, o Pol mantém a sociedade e a categoria permanentemente informados sobre Resoluções do Conselho, notícias da Psicologia no Brasil e no exterior, eventos do Conselho Federal de Psicologia e de diversas entidades da Psicologia brasileira e internacional, dentre outros assuntos. No Pol estão disponíveis também publicações do Conselho, para *download*, sendo um canal aberto de contato com o CFP.

5.7 - Imprensa

Ações do CFP foram pautas para a mídia nacional e até internacional, numa média semanal, em 2004, de, pelo menos, uma inserção. A Assessoria de Comunicação fez pelo menos um atendimento diário à imprensa e o CFP foi responsável pelo direcionamento da pauta da mídia nacional em diversos momentos:

- quando da inspeção feita pela Comissão Nacional de Direitos Humanos, em março, ao estado de Pernambuco, a ação esteve presente nos 12 maiores veículos do estado, em mídias impressas e eletrônicas, em toda a semana subsequente à ação;
- quando da realização, na sede do CFP, em julho, do Dia Nacional Contra a Tortura, o evento foi noticiado nos 23 maiores veículos do Distrito Federal, dentre mídias impressas e eletrônicas;
- quando da realização da caravana de Direitos Humanos a unidades psiquiátricas, em julho, a inspeção foi pauta em mais de 100 veículos nacionais, durante toda a quinzena que se seguiu à inspeção, englobando os dias de entrega do Relatório final à sociedade e ao Ministério da Saúde;
- quando da realização do Dia 15 de setembro, Data Nacional contra o Projeto de Lei do Ato Médico, o evento foi pauta em cerca de 150 veículos nacionais e seguiu sendo divulgado até dezembro de 2004; dentre outros momentos.



imagem publicada – O Norte / PB



imagem publicada – Correio Braziliense / DF

5.8 - Entre na Rede

Em parceria com o CRP de São Paulo, o CFP iniciou, em 2004, a implantação do banco de dados Entre na Rede, canal de comunicação entre estudiosos e especialistas para divulgar informações que possam gerar mais conhecimentos em relação aos discursos e práticas nos setores sociais. O Entre na Rede é uma espécie de banco virtual que vai possibilitar aos psicólogos terem informações sobre quem está pesquisando/trabalhando com os diferentes temas e assuntos. *Link* disponível no *site* da Psicologia.



5.9 - Conselho de Comunicação Social

Como representante da sociedade civil, o CFP tem um conselheiro no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, órgão de caráter consultivo do Poder Legislativo. Nossa colocação está na Comissão de “Regionalização e Qualidade da Programação dos Veículos de Comunicação Brasileiros” e na “Comissão de Concentração da Mídia”.



A publicação “Concentração da Mídia”, editada em 2004 pelo Conselho de Comunicação, contém falas e contribuições ao tema da representação do CFP.

5.10 - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC



Membro da Executiva do Fórum, o CFP é um dos articuladores hoje, em nível nacional, da democratização das comunicações em nosso país.

5.11 - Pesquisa IBOPE

O CFP encomendou, ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública – IBOPE, pesquisa com o objetivo de traçar o perfil do profissional psicólogo que está atuando na área hoje, no país, e levantar opiniões em relação ao exercício da profissão. O IBOPE entrevistou 2 mil psicólogos.

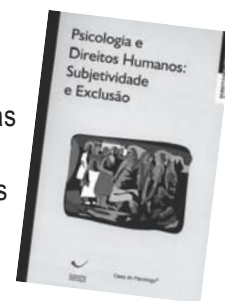
5.12 - Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”

A Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania” é uma iniciativa da sociedade civil e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal. Em novembro de 2004, a campanha completou dois anos e pôde comemorar: além de ter obtido, na primeira edição da Campanha nacional contra a baixaria na TV, realizada no mês de outubro, repercussão considerável em nível nacional, obteve redução de 14 pontos percentuais no Ibope da Grande São Paulo. O CFP está presente na Executiva da Campanha desde a sua fundação. Pela campanha, todo cidadão que se sentir lesado por algum programa veiculado nas TVs abertas pode apresentar sua denúncia à direção da campanha, que, periodicamente, solta os *rankings* dos piores da TV brasileira, com vistas a desestimular o patrocínio comercial. A campanha é a busca por um controle social da televisão brasileira.



5.13 - Obra: “Direitos Humanos, subjetividade e exclusão”

Obra publicada pela Comissão de Direitos Humanos do CFP, teve seu lançamento ocorrido ao longo do VI Encontro Nacional das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, em Brasília, no mês de dezembro de 2004.



6- Programa de Trabalho

Em 2004, sob a administração dos psicólogos Odair Furtado e, a partir do mês de maio, Ricardo Figueiredo Moretzsohn, foram geridos recursos de exercícios anteriores e arrecadados no exercício, referentes a receitas operacionais e não operacionais, sendo realizadas despesas correntes e de capital, cuja destinação está assim demonstrada:

Aplicação Projeto	% sobre orçado
Organização, Administração e Funcional	66,41
Ações de Política de Gestão	64,12
Ajudas aos CRPs	12,37
Revista	38,86
Manutenção de Seções de Base Estadual	100,00



Campanha do CFP pela atualização cadastral dos psicólogos

6.1 - Acompanhamento de Projetos de Lei no Congresso Nacional

Até o final da Gestão o CFP esteve acompanhando de perto vários projetos de lei de interesse da categoria:

Projeto	Assunto	Situação
PL 4731/94 Convertido PLC 90/2001	Regulamenta a profissão de tecnólogo	<u>CAS</u> – desde 28/08/03, aguardando audiência pública para instrução do Projeto.
PL 3124/97	Regulamenta profissão de psicopedagogo	<u>CCJC</u> – desde 12.05.2004, pronto para a pauta, aguardando deliberação. Em 24.08.2004, não deliberado. Em 14.09.2004, não deliberado. Em 06.10.2004, não deliberado. Em 19.10.2004, não deliberado.
PL 4746/98	Regulamenta profissão de pedagogo	<u>CECD</u> - em 20/06/03 encerrado o prazo para emendas, não foram apresentadas emendas. Aguardando parecer.
PL 2419/00	Regulamenta profissão e cria o Conselho Federal e regionais de Psicomotricidade	<u>Mesa</u> - desde o início da atual legislatura, aguardando deliberação de recurso.
PL 4410/01 (PL 4827/01)	Dispõe sobre a regulamentação da Musicoterapia	<u>CCJC</u> - em 11.12.2003, concedido vista ao dep. José Eduardo Cardozo. Fim do prazo de vistas em 15/12/2003. Em 24.08.2004, retirado de pauta pelo relator.
PLS 043/2002	Regulamenta a profissão de astrólogo	<u>CAS</u> – desde 06/11/03, matéria pronta para a pauta.

Projeto	Assunto	Situação
PLS 405/99	Adoção do Simples pelos profissionais liberais- microempresas	<u>CAE</u> – desde 25/02/03, aguarda parecer do relator.
PL 3648/97 (PL 5825/01)	Avaliação Psicológica para ingresso nos órgãos e empresas de segurança	<u>CCJR</u> - desde 26.9.2003, matéria pronta para pauta.
PEC 26/2003	Exclui dos concursos o caráter eliminatório dos testes psicotécnicos	<u>CCJ do SF</u> – em 29/05/03, matéria pronta para a pauta
PEC 328/01 (PEC 185/03)	Altera art. 5º da Constituição Federal. Natureza jurídica dos conselhos	<u>CCJC</u> - em 24/03/04, apresentação do parecer do Relator pela inadmissibilidade desta e pela admissibilidade da PEC 185/2003, apensada. Pronto para a pauta.
PL 867/95	Registro de empresas nos conselhos	<u>CCJC</u> - em 01/08/03, designado novo relator dep. Paulo Rocha. Aguardando parecer.
MP 203/2004	Composição e competência do CFM	Pronta para a Ordem do Dia desde 15.9, não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da a pauta, com prazo encerrado.
PL 1858/91	Piso salarial e jornada de trabalho do psicólogo	<u>Plenário</u> - em 06/11/03, retirado de pauta por acordo dos Líderes.
PL 60/99 (PL 2863/00) (PL 1278/99)	Determina custeio, pelo SUS, do tratamento psicológico a pessoas vítimas de violência sexual	Em 26/11/02, despacho mudando a forma de apreciação para proposição sujeita à apreciação do Plenário. <u>Mesa</u> - pronta para pauta do Plenário.
PL 837/03 PL 1497/2003 PL 1674/2003 PL 2513/2003PL 2855/2004 PL 3154/2004 PL 3613/1994	Dispõe sobre a participação de assistentes sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas	<u>CECD</u> – em 15/06/04, devolvida à relatora. Aguardando novo parecer. Em 06.09.2004, encaminhado à Mesa Diretora da CD.
PLS 77/03	Torna obrigatória a presença de psicólogo hospitalar nos serviços de saúde pública e privados	<u>CAS</u> –em 09/12/03, devolvido pelo relator, com Minuta de Parecer concluindo pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo.
PL 3686/04	Estabelece o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde	<u>CDC</u> – aguardando parecer do relator.
PL 3770/04 Apensado ao PL 5003/01	Dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual	<u>CCJC</u> - aguardando parecer (tramitando em conjunto).
PL 2473/03	Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos	<u>CSSF</u> – desde 9/12/03, aguardando parecer.

Projeto	Assunto	Situação
PLS 025/02 (PLS 268/02)	Define o Ato Médico	<u>CAS</u> - desde 30.6.2004, designada relatora senadora Lúcia Vânia, GO.
PL 3844/04	Define o Ato de Enfermagem	<u>CCP</u> (Coordenação de Comissões Permanentes) – em 06/07/04, encaminhado à publicação.
PL 3224/04	Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro exclusivo dos Hospitais, Maternidades, Casas de Saúde e Clínicas Médicas nos Conselhos Regionais de Medicina.	<u>CDEIC</u> – em 27/10/04, concedido vista ao deputado Fernando de Fabinho (PFL-BA) e devolvido no mesmo dia. Também no mesmo dia a proposição foi devolvida ao relator.
PEC 171/93 PEC 37/95 PEC 91/95 PEC 301/96 PEC 531/97 PEC 68/99 PEC 133/99 PEC 150/99 PEC 167/99 PEC 169/99 PEC 633/99 PEC 260/00 PEC 321/01 PEC 377/01 PEC 582/02 PEC 64/03	Altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)	<u>CCJC</u> - desde 14/05/03, aguardando parecer do relator.
PL 7197/02	Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA para permitir a aplicação de medidas socioeducativas aos infratores que atingirem a maioridade penal	<u>CSSF</u> - em 6.7.2004, designada relatora, dep. Selma Schons PT/PR. Aguardando parecer
PDC 1002/03 (PDC 1028/03) (PDC 1144/04)	Convoca plebiscito para consulta popular da redução ou não da maioridade	<u>CCJC</u> – em 28/04/04, designado relator. Aguardando parecer.

Noutra esfera, gestões do CFP junto ao Congresso Nacional ajudaram no arquivamento do Projeto de Lei de regulamentação da profissão da Psicanálise.

Coordenação: Yvone Magalhães Duarte
Copy-desk de informações: Assessoria de Comunicação / Ascom
Projeto gráfico: Ad People Comunicação
Dezembro/2004

Conselho Federal de Psicologia
SRTVN 702 - Edifício Brasília Rádio Center
sala 4024 A - Brasília DF - CEP 70.719-900
Fone: (61) 429-0100
[www. pol.org.br](http://www.pol.org.br)



Conselho
Federal de
Psicologia

